

Universidade Federal do Pampa

Trabalho Final de Graduação

*A VIOLÊNCIA PROVOCADA EM CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: DESVENDANDO A DIMENSÃO E
O FLUXO DA REDE DE ATENDIMENTO EM SÃO
BORJA/RS.*

Acadêmico Diego Robalo
Orientadora Profa. MS. Eliana Mourgues cogoy

SÃO BORJA/RS

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIPAMPA**

***A VIOLÊNCIA PROVOCADA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
DESVENDANDO A DIMENSÃO E O FLUXO DA REDE DE
ATENDIMENTO EM SÃO BORJA/RS.***

São Borja/ 2010

DIEGO ROBALO

A VIOLÊNCIA PROVOCADA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: DESVENDANDO A DIMENSÃO E O FLUXO DA REDE DE ATENDIMENTO EM SÃO BORJA/RS.

2010

DIEGO ROBALO

***A VIOLÊNCIA PROVOCADA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
DESVENDANDO A DIMENSÃO E O FLUXO DA REDE DE
ATENDIMENTO EM SÃO BORJA/RS.***

Trabalho Final de Graduação apresentado a banca de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Eliana Mourgues Cogoy

**São Borja
2010**

ROBALO, Diego.

A violência provocada em crianças e adolescentes: desvendando a dimensão e o fluxo da rede de atendimento em São Borja/Diego Robalo. 2010

81 páginas.

Trabalho Final de Graduação Universidade Federal do Pampa, 2010. Orientação: Eliana Cogoy.

1. Introdução 2. A criança e o Adolescente X Violência. 3. Olhar Analítico e Sentido Investigativo. 4. Análise do Processo de Trabalho da Pesquisa. 5. Considerações Finais.

I. COGOY, Eliana Mourgues.

DIEGO ROBALO

***A VIOLÊNCIA PROVOCADA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
DESVENDANDO A DIMENSÃO E O FLUXO DA REDE DE
ATENDIMENTO EM SÃO BORJA/RS.***

Trabalho Final de Graduação apresentado a banca de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Trabalho Final de Graduação defendido e aprovada em: 05 de julho de 2010

Banca examinadora:

Profa. Me. Eliana Mourgues Cogoy
Orientador
(Serviço Social/Graduação) – (UNIPAMPA)

Profa. Dr^a. Cristina Kologeski Fraga
(Serviço Social/Graduação) – (UNIPAMPA)

Dedico este Trabalho a minha mãe Ilza Maria Moraes Robalo, a maior incentivadora e uma das fontes inesgotáveis de apoio, amor e compreensão. E para minha sobrinha e filha do coração Lohanny Robalo Aguirre, toda a luta e a persistencia no caminho é em prol de você e do amor eterno que temos uma pela outra.

AGRADECIMENTO

Mais do que fazer agradecimentos, é dizer como foi bom passar por todas as etapas do processo de trabalho durante estes 4 anos de busca pelo conhecimento, mais do que reconhecer em mim o amadurecimento reconheço a amplitude do melhoramento do espaço e das descobertas feitas diante do mesmo, hoje sou melhor do que a alguns anos atrás e isso está exposto no meu trabalho enquanto pessoa, enquanto acadêmico e enquanto profissional.

Faço neste espaço agradecimento, as lembranças que ficarão e aquela sensação de obstáculo vencido, mas não é um adeus e ponto final é a promessa de que por meio de minha gratidão, dou garantias de um dia voltar e mostrar o quão foi válida essa presença e essa amizade.

Agradeço a minha turma que arduamente soube unida chegar até o fim, mas em especial, agradeço aquelas cinco mulheres que cada uma a sua maneira e com sua história puderam mostrar-me como é bom acreditar, investir, sonhar e jamais desistir. As amigas Claudia Maurer, Jane Sefrin, Cintia Lersh, Monique Damascena, Nilvana Campos agradeço as gargalhadas, as comilanças, as conversas e o conhecimento que passamos umas as outras durante o curso, levo de vocês para sempre ensinamentos que servirão por muito tempo.

Agradeço com muito carinho a Profa. Ms. Eliana Mourgues Cogoy, que acreditou no meu potencial, e que durante todo o processo de supervisão e orientação soube dar a mim os caminhos certos, para que por meio de minhas escolhas chegasse ao sucesso.

Agradeço as instituições que mesmo desacostumadas com alguém fazendo pesquisa de campo, me receberam de braços abertos e se dispuseram a ajudar.

E por fim, mas não menos importante, agradeço a Profa. Dr^a. Cristina Fraga, por essa paixão pela pesquisa que plantou em mim o desejo de buscar as respostas das inúmeras questões que circundam minha mente.

O fim não é o ponto final enquanto existir um curioso na busca por uma resposta!

Se não vejo na criança, uma criança é por que alguém a violentou antes e o que vejo é o que sobrou de tudo que lhe foi tirado. Mas essa que vejo na rua, sem pai, sem mãe, sem casa, cama e comida, essa que vive a solidão das noites sem gente por perto, é um grito, é um espanto. Diante dela, o mundo deveria parar para começar um novo encontro, porque a criança é o princípio sem fim e o seu fim é o fim de todos nós.

Herbert de Souza

RESUMO

Preocupar-se com a criança e com o adolescente, vai para além da criação de leis de proteção, é necessário que a sociedade efetivamente possibilite o direito maior, direito a vida. O presente trabalho final de graduação em Serviço Social trata-se de uma pesquisa que mexe em uma ferida aberta que muitos evitam olhar e analisar criticamente. O abuso sexual historicamente constitui-se como prática invasiva que destrói não apenas o conceito de família, mas de sociedade e de humano frente à fragilidade encontrada em cada criança. Quem abusa? Quem é vítima? Quem protege? Que rede é essa que tem a obrigação de dar garantia para que a vítima seja protegida e possa alcançar seus direitos frente a toda a sociedade. A pesquisa preocupa-se também em estar voltando o olhar ao processo de trabalho do assistente social frente a essa temática, o que possibilita traçar as possibilidades de intervenção do profissional nos diferentes níveis de recebimento dos casos, bem como a postura de cada instituição. São na busca pela quantificação dos casos, e dos atendimentos que se pode estar construindo indicadores que possibilitem o melhoramento e o fortalecimento dessa rede social de atendimento as vítimas do abuso sexual na cidade de São Borja

Palavra chave: Criança, Adolescente, Abuso Sexual.

ABSTRACT

Worrying about the child and the teenager, goes beyond the creation of protection laws, it is necessary for society to effectively allow the greater right, right to life. This final work of undergraduate social work it is a search that moves into an open wound that many avoid looking and analyzing. Sexual abuse is historically as invasive practice that destroys not only the concept of family, but society and human frailty found in front of each child. Abuser? Who is the victim? Who protects? That network is one that has an obligation to give security for the victim is protected and can achieve their rights against the whole society. The research is also concerned about the look to be back to the work of social workers deal with this theme, which allows mapping the possibilities for professional intervention at different levels of receipt of the cases, as well as the position of each institution. Are in the quest for quantification of the cases, and calls that can be constructing indicators to the improvement and strengthening of social network care victims of sexual abuse in São Borja

Keyword: Child, Adolescent, Sexual Abuxo.

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. A Criança e o Adolescente x Violência: construindo os conceitos históricos e sociais	15
2.1 A Criança e o adolescente: o conceito social do ser e o processo de proteção	16
2.2 Violência: o desvendamento do ato, suas práticas e suas formas	20
3. Olhar analítico e sentido investigativo: desvelando a realidade do abuso sexual em crianças e adolescentes na cidade de São Borja	25
3.1 Abuso Sexual: as características presentes no abuso contra a criança e o adolescente	26
3.2 Por que pesquisar abuso sexual em crianças e adolescentes: a proposta da pesquisa	36
3.3 Rede de atendimento: fundamentos sociais do trabalho da rede	39
3.4 Processo de trabalho: a presença do Serviço Social na rede de atendimento	42
4. Análise do processo de trabalho da pesquisa: dificuldades, descobertas e discussões	50
4.1 A conduta ética no processo de investigação e pesquisa	51
4.2 Metodologia da pesquisa	53
4.3 Processo de obtenção de dados	54
4.4 Quantificação de dados	55
4.5 Resultado da pesquisa	65
5. Considerações Finais	73
6. Referências	76
7. Anexos e apêndices	80

1. Introdução.

O presente Trabalho Final de Graduação em Serviço Social trata-se de uma pesquisa pautada no processo de apreensão sobre uma temática que está inserida no cotidiano da sociedade contemporânea, mas que é envolvida de muitos segredos, cuidados e limitações de trabalho. O Abuso Sexual em Crianças e Adolescentes é uma temática envolvente e instigante, pois o pesquisador tem que distanciar-se de preconceitos e limitar-se ao aprofundamento da teoria, a fim de olhar a expressão da questão social como ponto final de outras tantas problemáticas que podem ser familiares, sociais, comunitárias e individuais.

A pesquisa vai a fundo ao processo de observar quem são essas vítimas, quem são os vitimizadores, e os cúmplices, que muitas vezes encontram-se protegidos pelos muros, grades e paredes da instituição família. E não é apenas pesquisar como se dá esse processo de violência e abuso, é ir mais além, é olhar como nossa sociedade entende essa problemática, como podemos atuar e como são constituídas as políticas de proteção à essas crianças.

No capítulo dois onde a temática central é “A criança e o adolescente x violência: construindo os conceito históricos e sociais” tem a proposta de fazer a construção teórica sobre a discussão desses conceitos que estão intimamente envolvidos no contexto. Conceitos como: O que é criança e adolescente, quais os contextos sociais e o processo de proteção dos mesmos. Como se constitui a violência, onde por meio deste tópico busca-se o desvendamento do ato, suas práticas e suas formas e como se apresenta na sociedade. E mais adiante o abuso sexual em crianças e adolescentes, que vai estar sendo trabalhada quais as características presentes neste tipo de ato.

No capítulo terceiro a pesquisa preocupa-se em trazer o “Olhar analítico e sentido investigativo: desvelando a realidade do abuso sexual em crianças e adolescentes na cidade de São Borja”, a pesquisa busca fazer essa reconstrução histórica de como se constitui no Brasil e mais precisamente no Município de São Borja/RS o processo de proteção as vítimas e como está sendo administrada a rede socioassistencial.

Capítulo esse que ao longo do processo vai e responder questões centrais como, “porque pesquisar o abuso sexual em crianças e adolescentes?” onde irão

estar especificados os objetivos da pesquisa. Neste processo de observação da rede socioassistencial por meio do tópico “rede de atendimento: fundamentos sociais do trabalho da rede” será possível analisar como se constitui a rede de atendimento. E por fim o capítulo trabalha o “processo de trabalho: a presença do Serviço Social na rede de atendimento” onde sistematiza-se como se faz a atuação do assistente social, mais do que apenas olhar o Serviço Social como profissão de linha de frente na atuação das políticas públicas e no desenvolvimento das mesmas, a pesquisa traz em seu núcleo o que seria um perfil necessário, ou as exigências básicas que o profissional que deseja inserir-se nesse contexto deve ter para uma atuação condizente com o código de ética e com a Lei de Regulamentação da Profissão.

O trabalho da rede social é fundamental para estruturar e pontuar essa que é uma das realidades mais presentes na nossa sociedade contemporânea que se baseia no capitalismo como forma de assegurar a todos o “direito” e inserção na sociedade como partícipes do processo de democracia. É durante esse processo que voltamos o olhar para toda essa estrutura de instituições que compõe a rede socioassistencial e que tem a finalidade de proteger e dar as garantias do direito a essas crianças.

O quarto capítulo da pesquisa trabalha na “análise do processo de trabalho da pesquisa: dificuldades, descobertas e discussões”, tópico esse que vai estar discutindo “a conduta ética no processo de investigação e pesquisa”, onde vai estar sendo explicitado quais os fundamentos que orientam o pesquisador em relação a ética e processo de coleta dos dados.

Já no tópico “metodologia da pesquisa” estará explícita a busca por uma metodologia que possa estar proporcionando a pesquisa coesão e uma estrutura que possibilite a resposta da questão central que está intimamente ligada no desvelamento da estrutura que compões políticas importantes para o processo de dignificação e proteção social das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, e que compõe esse triste mosaico de atos contra a criança e adolescente.

Logo adiante estaremos trabalhando o “processo de obtenção de dados”, sendo que esses dados e relatórios são sobre as políticas de proteção na cidade de São Borja/RS de 2007 a 2010 são só o início de um trabalho que pode ir muito além. No tópico da “quantificação dos dados” estão sendo então sendo sistematizados

todos os gráficos e quadros que por meio dos dados possibilitam ao leitor a observação da realidade que se apresenta na cidade de São Borja. E por fim, no tópico “resultado a pesquisa” estarão sendo apreendidos todos os resultados e as respostas a questão centralizadora que orientou a busca por dados, conceitos e a sistematização dos mesmos no contexto da estruturação da pesquisa.

O que pode-se dizer sobre o processo de trabalho e a atuação, o tema e os conceitos vem abrir a primeira discussão sobre esse assunto que deve ser cada dia mais questionado e pesquisado pelos profissionais que compõem as ciências sociais e preocupados com o contexto social e com a criação de melhores métodos e meios de atuação devem estar insistentemente buscando revirar os conceitos historicamente assentados no abandono e na despreocupação a fim de fazer as provocações necessárias para que outros pesquisadores, e outros profissionais das mais distintas áreas possam estar voltando seus olhares para essas questões e então recriando possibilidades de atuação e desenvolvimento de políticas que preocupam-se em estar visando a proteção legal e a devolução da dignidade social tão discutida na sociedade moderna, mas que ainda firma e conceitua-se em idéias passadas e atrasadas de um sistema precarizado e muitas vezes falho.

A pesquisa vem a corroborar o que durante todo o processo de formação em Serviço Social foi passado aos acadêmicos que incansavelmente questionaram-se sobre inúmeras temáticas e problemáticas da nossa sociedade, pesquisar sobre a rede sócioassistencial e sobre o abuso sexual em crianças e adolescentes em São Borja, foi mais do que uma inquietação acadêmica, foi uma necessidade de dar visibilidade a um dos assuntos mais secretos e dolorosos que está presente nas famílias e na sociedade.

A preocupação maior no processo de apreensão do conhecimento e na busca pelas respostas que circulavam em minha cabeça, foi em estar realmente fazendo uma provocação a toda a comunidade, trazendo ao espaço acadêmico uma possibilidade de atuação e busca por uma melhor formação que realmente prepare a todos nós para o trabalho multidisciplinar e principalmente que nos prepare para situações muito fortes e que exige de cada um dos assistentes sociais uma atuação forte, presente e que realmente este profissional se doe ao trabalho possibilitando que o trabalho em grupo e o atendimento público se torne cada dia melhor, podendo com isso estar efetivando cada dia mais os direitos dos usuários.

2. A Criança e o Adolescente X Violência: *construindo os conceitos históricos e sociais.*

Construir os conceitos é a base fundamental para focalizar o olhar e possibilitar a intervenção frente todas as problemáticas que se apresentam no processo de trabalho com crianças e adolescentes. Esse desmistificar faz –se necessário para que a atuação profissional não se impreguem de pré-conceitos que possam atrapalhar a conduta profissional e a tomada de atitudes. Esses conceitos históricos e sociais se fazem importantes, pois a expressão da questão social¹ proposta como base do trabalho tem sua nascente em conceitos arcaicos de uma sociedade patriarcal que por muitos anos desrespeitou a criança e o adolescente.

O que se pretende não é apontar condutas “certas ou erradas”, mas por meio deste olhar acadêmico, observar como se constituiu e se constitui na nossa sociedade capitalista, restrita e patriarcal a estrutura dos conceitos da criança e do adolescente, seus direitos e seus deveres, bem como que tipo de leis é ao longo do tempo criada pela sociedade a fim de dar as garantias de proteção.

Este trabalho exige do profissional saber as minuciosidades do humano e estar preparado para atuar com um ser que ainda está em construção e necessita de cuidados. O que é esta estrutura de apoio que envolve atividades como orientação, conversa e acompanhamento dos profissionais a família, pois preocupar-se com a criança e com o adolescente, vai para além da criação de leis de proteção,

¹ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. CARVALHO e IAMAMOTO, (1983, p.77)

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. IAMAMOTO, (1997, p. 14)

é necessário que a sociedade efetivamente possibilite as crianças e adolescente o direito maior, direito à vida.

Portanto, o presente capítulo tem a funcionalidade de estruturar os conceitos, que ao longo da história, vem propondo proteção e dando direitos e deveres a crianças e adolescentes. Esses conceitos são de suma importância para a criação do ser social frente à realidade em que eles estão presentes.

2.1 – A Criança e o adolescente: *o conceito social do ser e o processo de proteção.*

É necessária para a delimitação da pesquisa, a descoberta dos conceitos que compõe o núcleo central da mesma, delimitarem historicamente o que é criança e adolescente e qual a sua posição social no contexto onde estão inseridos.

Para fazer essa conceituação é necessário que se observe que como Silva (2002) expressa, que o ser humano diferencia-se dos animais, pois ao nascer é totalmente incapaz de sobreviver sozinho, necessita fundamentalmente do auxílio de outrem, que diante do fato da fragilidade compõe um estado de dependência. Neste estado, então, irão se estabelecer os “vínculos sociais com as figuras de apego capazes de garantir sua sobrevivência” (SILVA 2002, p.90)

É significativo expor que esse vínculo entre as partes, é o primeiro contexto que irá satisfazer suas necessidades físicas (alimentação, proteção e abrigo) e sociais (aceitação, afeto e carinho) e que frente a essa contextualização então se cria o que podemos delimitar como “grupo familiar”.

O grupo familiar é composto por todos os entes presentes, que de alguma forma tem ligação consangüínea ou que por posição ou laços vivem sobre o mesmo teto, ou convivem no mesmo espaço social onde a “família” situa sua morada. Neste contexto, o desenvolvimento de família dá-se diante do fato que o meio social onde ela vive é composto por mais outras famílias que irão ao longo das delimitações comporem o “grupo social” ou sociedade onde a criança e o adolescente estão inseridos.

O conceito de criança e adolescente vem historicamente sendo melhorado, pois antes os “menores²” eram considerados “mini-adultos”, o tratamento às crianças e adolescentes eram demasiadamente agressivos, punitivos e cerceadores dos direitos. Fato que se observa de nossa história recente que manteve durante muito tempo as FEBEM³, que eram tidas como as “cadeias” das crianças e adolescentes infratores. Espaços esses que deixaram de existir na realidade social de nosso País há muito pouco tempo, quando os mesmos transformaram-se nos Centros de Atendimento Sócio-Educativos ao Adolescente - CASA⁴.

Segundo Cortez (2006), no que tange o sistema de direitos, pode-se inferir que primeiramente o direito da criança e do adolescente tem o seu nascedouro na *Declaração Universal dos Direitos da Criança (1948)* que defende os direitos e liberdades da criança são defendidos com base em dez princípios:

- I. Afirma que **toda**⁵ criança deve se beneficiar dos mesmos direitos;
- II. Garante o direito à proteção especial;
- III. Garante o direito a um nome e a uma nacionalidade desde o nascimento;
- IV. Versa sobre o direito à alimentação, habitação, recreação e assistência médica;
- V. Assegura cuidados especiais para a criança especial;
- VI. Trata do direito a crescer em ambiente de amor prioritariamente com os pais;
- VII. Assegura o direito à educação;
- VIII. Coloca a criança como entre os primeiros a receber socorro;

² A expressão “menor” é utilizada por necessidade de expressar que antes do estatuto da criança e do adolescente datado de 1990, as crianças e adolescentes eram considerados “menores” em referencia ao “menor de idade”, não havia um conceito que abrangesse idade e delimitasse o que cada um era há seu tempo.

³ Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor -

⁴ As diferenças que se configuram entre FEBEM e CASA são, em sua maioria, infraestruturais: referem-se ao espaço físico mais qualificado e regionalizado e também ao menor número de internos. Uma coisa não muda: o lugar da liberdade. Sua perda ou restrição aparece como um contexto intransponível no que diz respeito ao bem estar dos internos e um limite das propostas de atendimento da Instituição. Com isto em mente, podemos responder que *alguma* educação é possível, mas uma educação bastante particular – explicitada nas práticas e nos limites da *medida sócio-educativa* naquele contexto. Enfim, na CASA é esta a educação possível; esta que atravessa e ultrapassa análises. (PINEDA, 2009 p. 01)

⁵ Grifo meu.

IX. Defende que a criança deve ser protegida de negligência, crueldade e exploração;

X. Afirma que a criança deve ser protegida de discriminação de qualquer ordem.

Cortez (2006) expõe que a “declaração visa à proteção das crianças, todas elas devem ser respeitadas, não maltratadas” (p.4). O foco principal apontado segundo a declaração é que todas as crianças e adolescentes tem os seus direitos devem ser respeitados, sejam filhos de pobres ou ricos, de pais jovens ou idosos, vivam com casais casados, em união de estável, em famílias monoparentais ou outros modelos de famílias.

Esse foi o primeiro passo para haver outros tipos de proteção à criança e ao adolescente. Mais adiante presente na Constituição Federal de 1988 é exposto no art. 5º que versa que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (CF, 1988).

Portanto, segundo o art. 5º “o direito à vida” é um dos primeiros direitos versados subentendendo-se que não existem direitos se primeiro não houver o direito maior que é a vida. Segundo Novalino (2010), inicialmente é necessário lembrar que o direito à vida exposto no *caput* trata-se do direito a vida humana, e quando se fala em direito a vida é importante saber que esse direito não é somente o direito a sobreviver, é o direito a uma existência digna, é o direito a uma vida humana com dignidade, e cabe ao ordenamento jurídico a proteção da dignidade, proteção essa que vem ao encontro do que se delimita como direito da criança.

Segundo Novalino (2010), a dignidade da pessoa humana é o que a diferencia dos animais, segundo ele enquanto as coisas têm preço, as pessoas têm dignidade, e a dignidade impede que o ser humano seja tratado como um objeto, como um instrumento ou como um meio. Segundo ele, o ser humano deve sempre ser tratado com um fim em si mesmo, nunca como um meio ou instrumento para se atingir a um determinado fim.

Ainda sobre a dignidade da pessoa, Novalino (2010) expõe que segundo o Tribunal Federal Constitucional Alemão - TFC Alemão, é exposto que “a dignidade da pessoa é violada, quando o ser humano é tratado como um instrumento, como um objeto, como um meio e quando a este tratamento se soma uma expressão de

desprezo pelo ser humano” portanto quando há esse tipo de ato em que há a violação do direito a dignidade e que há a expressão de desprezo com o ser humano, versa então a falta de compatibilidade entre o que está sendo dado como direito e o que está sendo feito frente a esse direito.

Em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei nº 8.069, que vem conceituar os termos Criança e Adolescente – pois segundo o ECA no Art. 2º é exposto que, “Considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

O ECA quando expõe a delimitação do que é criança e adolescente, preocupa-se em afinar os subsídios de proteção, para que seus direitos não sejam de forma alguma negados. Prosseguindo o ECA, expressa mais profundamente no art 3 a necessidade de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, pontuando que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (CONANDA, 2002. p 20)

Considerando o Estatuto, é direito da criança e adolescente, a possibilidade de desenvolvimento social que lhe proponha uma vida saudável a fim de propiciar o crescimento intelectual dos mesmos. Então, toda e qualquer situação que venha cercar e limitar esse crescimento saudável, vai de encontro ao que a lei se propõe, proporcionando uma situação onde o abandono, a vitimização, a agressão ou a limitação ao acesso impõe um regime de fragilização ou vulnerabilidade⁶ social do ser frente à estruturação dos conceitos de sociedade e família. O art 4º dispõe que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao

⁶ O conceito de **vulnerabilidade**, formulado originalmente por Mann et al. (1992), para identificar os casos da pandemia de HIV/aids, porém esse conceito vem se estendendo para conceituar outras sintomas sociais que se apresentam. No caso da referida pesquisa é usado para expor a situação social que as crianças e adolescentes abusados sexualmente vivenciam.

lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, Conanda, 2002. p 20)

Com isso, é necessário marcar que, dignidade, respeito e liberdade, são direitos que tem o poder constitutivo de possibilitar a criança e ao adolescente, uma construção social que de a ele uma visão de mundo mais limpa e mais igualitária. Juntando com o direito a “convivência familiar e comunitária” e interligando o todo ao processo de proteção aos seus direitos.

Faleiros (1997), em seu texto sobre abuso sexual em crianças e adolescentes e a violência intra-familiar vai expor que:

Crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e de desenvolvimento e não seres incapazes, adultos em miniatura ou objetos de obediência e controle. Esta discussão se inscreve no contexto da promoção dos direitos humanos, usado durante a guerra fria para atacar os regimes da órbita soviética, mas que devem significar um padrão civilizatório de respeito e dignidade do ser humano. (FALEIROS, 1997. p.8).

O movimento expresso pelo autor é de suma importância e serve como porta de entrada entre o que é proposto e o que é efetivamente feito, como a sociedade pode propor proteção integral por meio da legislação, se realmente socialmente ou moralmente não promove esse tipo de proteção, mais que estar escrito como explicou Novalino (2010), é a proteção que não está expressa que é mais importante, pois a legislação é a garantia do direito proposto pela jurisprudência, mas, a garantia maior deve vir de nós enquanto seres humanos e componentes de um sistema social.

2.2 – Violência: *o desvendamento do ato, suas práticas e suas formas.*

A violência historicamente constitui-se como prática abusiva, invasiva que destrói não apenas o conceito de família, mas de sociedade e de humano frente à fragilidade encontrada em cada criança. Segundo Silva (2002), sobre a violência é exposto por ela que:

Há séculos, a humanidade se escuda em justificativas de caráter religioso para praticar violência contra criança e adolescente. Nossa cultura e nossas religiões apóiam de modo quase unânime, a onipotência da autoridade parental. (SILVA, 2002. p.87)

O exposto pela autora não é meramente ilustração de um assunto, é a quantificação de uma prática que durante muitos anos perdurou em nossa sociedade como sendo o certo, a agressão física, moral e psicológica hoje em dia é considerada crime, já que as agressões são a porta de entrada para inúmeros outros tipos de atentados que podem ferir não só corporalmente, mas psicologicamente e marcar a vida de uma criança ou adolescente para sempre. O que podemos observar é que as agressões dividiam-se em:

- A agressão física ou punição corporal – que se configura na primeira representação simbólica que habita o imaginário coletivo, partindo-se do pressuposto de que esta medida é eficaz para o controle ou modificação de um comportamento.

Esse tipo de agressão tem como conseqüências desde simples marcas no corpo até a presença de lesões mais profundas, as agressões físicas podem ser superficiais compostas por arranhões e hematomas. Como agressões mais profundas, pode-se observar os traumas auditivos e oculares; traumatismos cranianos; fratura dos membros superiores e inferiores, queimaduras e ferimentos diversos que podem causar invalidez temporária ou permanente, quando não a morte. Silva ainda expõe que

A mortalidade por violência se constitui, atualmente, na segunda causa morte para crianças e jovens na faixa etária de 5 a 19 anos e é a segunda causa de morte na faixa etária entre 1 a 4 anos de idade, perdendo, por pouco, para as doenças do aparelho respiratório. (2002, p.87)

O que podemos observar diante dos fatos revelados pela autora é que para além da existência da violência no contexto da sociedade, ela se constitui como ponto de partida para discussões como negligência e negação de direitos, falta de preocupação com o ser incapaz de defender-se e de se proteger. “A partir dessas

ideias, a apreensão do conceito de violência física se torna bem mais próxima de nosso entendimento lógico” (SILVA, 2002. p 88).

Ainda é necessário apontar que há sinais de que alguns tipos de violências que podem ser consideradas “menos severas” (SILVA, 2002. p.88), mas que compõem uma estatística que pauta-se muito pelo que é exposto e registrado, porém ainda passa por olhos despreocupados e despreparados muitos outros tipos de violências contra as crianças e adolescentes que esbarram em aspectos culturais que, porventura, permeiem o ser. O conceito é ampliado e passa a abranger, principalmente, as agressões que essa mesma estatística não aponta, portanto para dar amplitude necessária e materializar o que seria a violência contra crianças e adolescentes delimita-se que:

A violência física é caracterizada por qualquer ação única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto ou mais velho, que provoque dano físico à criança ou ao adolescente, este dano causado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve a conseqüências extremas como a morte. (DESLANDES, 1994 apud SILVA, 2002. p.88)

É difícil delimitar o que é violência, e quais suas formas e práticas por que historicamente a violência contra crianças e adolescentes não se apresentam como “agressão”, mas como forma de educação, uma educação pautada na postura condutora, que tinha por início a orientação e por fim o amadurecimento do ser, esse tipo de “educação agressiva” patriarcal, invasiva e punitiva esteve presente na criação de muitas gerações, que por durante muito tempo foram apenas reprisando o que foi feito anteriormente, Saffioti vai pontuar que “Laços de consangüinidade não asseguram o amor. (SAFFIOTI, 1985 apud SILVA, 2002. p 90).

Outra referência é de Ferreira (2002) que em relação aos laços afetivos irá discutir a outra determinante na construção da violência contra crianças e adolescentes exercida na intimidade do lar, é a cultura que, ao estabelecer normas, valores, costumes, determinam também como os indivíduos se relacionarão de acordo com a distribuição do poder. O que de certa forma não ocorre, como expõe Saffioti (1989) quando propôs o conceito de “Síndrome do Pequeno Poder”, para explicar como se instala a relação de destrutividade entre pais/responsáveis e seus filhos - através de relações interpessoais de natureza hierárquica, transgeracional,

em que o adulto abusa de sua autoridade sobre crianças e adolescentes, com o respaldo da sociedade, e que atinge todos os níveis sociais sem distinções.

Ao mesmo passo de enriquecimento e aprofundando mais sobre o assunto denomina-se a violência familiar e doméstica segundo Saffioti (1997) como “violência intra-familiar”, essa expressão dá o afunilamento do ato violento que se apresenta dentro da família, como expressa a autora quando explica que a violência intra-familiar ocorre dentro da família e recebe esse nome, pois é no contexto do poder que se instaura na mesma que gera a violência entre partes que convivem sobre o mesmo espaço e que além dessa vivência ainda tem algum tipo de laços consangüíneos. Sobre a violência familiar Guerra (1998) vai destacar que:

A violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato de omissão, praticados por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado uma transgressão do poder/ dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.(GUERRA, 1998, p. 32-33)

Considerando a exposição do autor é inferido por esta autora que a violência doméstica é o ato praticado por adultos e que de alguma forma limitam o direito e cerceiam o processo de entendimento do que é família e do que é convivência dentro da família, essa coisificação exposta pela autora demonstra não só o atentado ao direito a vida digna, mas a própria idealização de dignidade da pessoa, essa vitimização⁷ não pode ser aceita, não pode fazer parte da estrutura que constitui o poder dentro da família. Silva (2002) vai além quando pontua que:

Durante muito tempo, a criança e o adolescente eram simplesmente objetos de realização das determinações paternas. Sem vontades próprias e sem necessidades claramente estabelecidas, a responsabilidade com criança e adolescente significava ter poder absoluto sobre seus caminhos até certa idade. Tudo isso, inclusive, com respaldo legal. Basta lembrarmos-nos de visões arcaicas do instituto do pátrio poder e do texto infraconstitucional, que até 1988 estava em vigor no país, trazendo em seus dispositivos distinções entre filiação, classificando-a em legítima e ilegítima. (SILVA, 2002. p. 89)

⁷ A VITIMIZAÇÃO, conseqüente das relações interpessoais abusivas adulto-crianças. Azevedo e Guerra (1989)

Esse processo de modificação da educação abusiva, para a educação inclusiva, vem propondo que a violência seja realmente coisa do passado, propõe que o ato de “agredir para educar” fique conceituado a uma história que não compõe mais a realidade social, mesmo que ainda haja situações existentes. Faleiros (1997) explica que “A família e a escola são redes fundamentais de articulação desse processo de formação da identidade, de proteção, de socialização da criança.”(p. 09), e que nesse processo de educação inclusiva, o importante é saber que as crianças e os adolescentes são dotados de deveres sim, mas também compõe-se de inúmeros direitos que os protegem e que devem ser respeitados. Nesta perspectiva o autor pontua que:

É nessa relação de aprendizagem/ensino/aprendizagem que os adultos se responsabilizam pela formação das capacidades de decisão, de discernimento e de sobrevivência da criança, em oposição a uma perspectiva de subalternização, interiorização e naturalização da infância. A compreensão da infância como produto das relações e, portanto, das representações sociais é pressuposto para a construção da infância, hoje, na perspectiva de direitos a ter direitos e não de objeto de decisões dos adultos. (FALEIROS, 1997. p 10)

Como foi abordado pelo autor, se faz necessário ter a visão do direito, não como uma característica apenas proposta aos adultos, mas a todo e qualquer ser humano, sendo que isso vem ao encontro do que é exposto pelo art 5^a da Constituição Federal (1988), que explica exatamente isso, já que segundo ele “todos somos iguais perante a lei, sem distinções”(CF, 1988). Sendo que ainda na mesma lei no seu art. 227 é exposto da seguinte forma:

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CF – 1988)

É por meio da Constituição Federal (1988) que dá-se início a essa preocupação maior com os direitos as crianças e adolescentes e que mais tarde no ECA irão ser reafirmados nos seus artigos., principalmente no 5^o que trás em seu texto exposto que:

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ECA, 1990)

Direitos esses que são dados a todos, porém o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA preocupa-se em dar aprofundamento na proteção do direito às crianças e adolescentes, propondo-se a ser instrumento não só de defesa, mas também punitivo a crianças e adolescentes que de alguma forma faltam com a sociedade. É por tanto uma lei não só de direitos, mas também de deveres.

3. Olhar analítico e sentido investigativo: desvelando a realidade do abuso sexual em crianças e adolescentes na cidade de São Borja.

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Está é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado.”

Paulo freire – Pedagogia da Autonomia. 1997

Toda a vez que temos que rever nossos conceitos, nos deparamos em meio a inúmeras descobertas, principalmente a que somos todos seres inacabados e vivemos em plena redescoberta do mundo. Freire ao explicitar que, como “gente” somos incompletos, expressa essas insatisfações do homem frente ao mundo e as coisas que o compõem.

Essas insatisfações do “não aceitar” o produto final como resposta factual, é o que vai encaminhar o processo de conceituação e desvelação deste capítulo, onde o processo de análise necessita da atuação profunda e do olhar e senso investigativo, onde se funde as possibilidades e as descobertas a fim de produzir um novo olhar sobre determinado assunto.

Desvendar a realidade é bem mais que expô-la, é colocá-la diante de todos os fatos e sobre o olhar do pesquisador, observá-la a fim de produzir novos parâmetros de atitudes que seriam pré-definidas. O abuso sexual em crianças e adolescentes é um assunto realmente forte, encoberto de muitas facetas da

sociedade que em conjunto por durante muitos tempo decidiu escondê-la de si mesma.

Como descobrir e trabalhar um assunto tão presente na atualidade e ao mesmo tempo tão secreto dentro das sociedades que insistem em viver sobre regimes que são punitivos e aceitos por todos. Falar sobre os casos de abuso sexual em crianças e adolescentes em cidades de interior é ainda mais factual, pois tratamos de outras estruturas da sociedade. Este capítulo vai tratar de inúmeros assuntos ligados ao abuso sexual, a realidade da sociedade são-borjense e a necessidade estarem pesquisando profundamente como está presente em nossa cidade este assunto.

A pesquisa propõe-se a dar enfoque às questões que permeiam o acesso às vítimas de abuso sexual na rede social de atendimento, sendo que esse olhar será possível por meio da análise de dados sobre as políticas ofertadas e sobre a rede em um todo, bem como os encaminhamentos feitos pelo Hospital Ivan Goulart, Conselho Tutelar, Sentinela (CREAS) e Vara da Infância e Juventude.

3.1 – Abuso Sexual: *as características presentes no abuso contra a criança e o adolescente.*

“Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo, e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, de preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro.” (BOFF, 1999, apud FERREIRA, 2002. p, 21)

A mensagem acima reafirma o que foi discutido ao longo desde o primeiro capítulo, nos tópicos anteriores, sobre o que é a criança e o adolescente, quais seus direitos e deveres nesta sociedade que vem com o tempo promovendo mudanças, a fim de dar as garantias dos direitos a eles. Claro como proposto, ainda houve o desvelamento dos conceitos sobre violência e violência doméstica que constituem-se como violência intra-familiar.

Para dar o aprofundamento necessário à condução do trabalho e às descobertas que virão posteriormente, se faz necessário esse afunilamento a mais,

pois é por meio dele que logo após pode-se enfim discutir outras prerrogativas sobre o assunto. Mas o que é o abuso sexual? Como ele se constitui na sociedade? Como se apresenta enquanto abuso sexual com crianças e adolescentes? Sabe-se que há a diferença do perfil do abusador em referência ao abuso sexual com adultos e ao abuso em crianças e adolescentes. Vamos traçar esse olhar analítico sobre a realidade que encontra-se tão presente em nossa sociedade, mas que ainda encontra barreiras, que de alguma forma acabam por estar acobertando o que de fato ocorre no silêncio do lar, nas secretas vielas e vilas distantes dos centros urbanos e movimentados.

Sobre o abuso sexual em crianças e adolescentes, Murta e Amaral (2008) vão explicitar que o ato pode ser considerado de várias formas e visto por inúmeras perspectivas, já que em suma ele se dá em variadas situações e meios, sendo que como explicam os autores é no núcleo da família que ocorrem a maior parte dos abusos.

Considerando os abusos formas de agressão física ou psicológica, que leva muitas crianças e jovens à depressão de os inúmeros tipos de psicopatologias, Murta e Amaral (2008) descrevem que o abuso sexual ainda encontra como aliado maior a falta de informação por parte das famílias e o medo por parte dos abusados. Em um trecho específico, os autores ainda delimitam mais o perfil do sistema de comercialização sexual, e ainda expõe em um item que os meios de comunicação, em principal a internet, é um dos grandes agentes que possibilitam a comercialização do sexo via agenciadores e abusadores.

Murta e Amaral (2008) ainda expõem que muitas crianças e jovens prostituem-se autonomamente nas ruas, à procura de uma possível “emancipação social” que na realidade não existe, é ainda colocado que se havendo alguém que as protege nas ruas ou mesmo possibilita que elas trabalhem são também classificados como abusadores porque, pelo sistema da “cafetinagem”, que é o que ocorre na rua, alguém obtém lucro sobre o trabalho da criança e ou adolescente e sobre a comercialização do sexo. Ainda nesta perspectiva da construção sobre como se configura os abusos sexuais em crianças e adolescentes Guerra (1998) explica:

Se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (GUERRA 1998, p. 31).

Todavia Guerra (1998) possibilita a visualização dos níveis de abuso e como ele se constitui. Traça o perfil dos abusados, a autora relata que são inúmeras as atitudes apresentadas pelos abusados, dependendo também do tipo de abuso, da duração dos abusos e da forma como se deu captação do abuso pelo abusado, se ele presenciou ou se foi abusado. Os transtornos psicológicos são infinitos e de grandes complexidades. A autora ainda vai dar um enfoque necessário para certas descobertas, o enfoque que o abuso sexual é tanto hétero quanto homo, tanto praticado por homens quanto por mulheres, mesmo que como se sabe os índices do abuso em meninas é bem maior do que com os meninos.

Isso aparece bem pontuado no relatório da World Vision International III Congresso Mundial contra a exploração sexual de crianças e adolescentes (2008), que expõe inúmeros fatores, porém o texto dá ênfase ao trabalho que é desenvolvido pela ONU e outras ONGs que buscam a proteção a crianças e adolescentes que sofrem abuso sexual e violência, os relatos são demonstrativos das políticas aplicadas em inúmeros países.

Sobre isso, a Word Vision Internacional (2008) vai pontuar que há a necessidade da inclusão das crianças “esquecidas” – dar visibilidade às crianças que são esquecidas e que são abusadas, como os meninos que de alguma forma estão esquecidos no âmago das políticas fragilizadas que não conseguem atingir todos os que necessitam. Já sobre a realidade dos abusos, é colocado que o maior índice é das crianças abusadas por turistas, vendidos pelos pais, isso é apresentado pelo estudo como ponto marcante na prática do abuso sexual contra essas crianças e jovens. Abaixo um trecho do estudo que pontua essa prática.

Um estudo sobre o turismo sexual na Tailândia mostrou que em Patong, a exploração sexual comercial acontece predominantemente com meninos e que “a atividade de pedofilia é quase exclusivamente limitada ao sexo com meninos adolescentes”[...] Considerando-se esses exemplos, não é de surpreender que os próprios meninos estejam reivindicando que “a sociedade leve a sério a proteção de meninos e reconheça que também eles são vulneráveis ao abuso, sentem uma

profunda vergonha e perda da honra". (Word Vision Internacional, 2008. p 6)

A falta de preocupação em proteger os meninos se dá pela falta de percepção de que eles tanto quanto as meninas são vulneráveis à essas práticas, os programas visam a proteção somente as meninas, pois acreditam que os meninos podem proteger-se sozinhos e que se abusados podem superar mais rápido. Acredita-se ainda que esses meninos tenham mais potencial para serem abusadores, a abusados, já que a maioria dos relatos são feitos por meninas, que haviam sido abusadas por pais, padrastos, irmãos, tios e etc.

O Word Vision Internacional (2008) ainda tem como demonstrativo que sendo no núcleo da família por inúmeras vezes o abuso fica escondido, acobertado pelo medo, pela necessidade de manter a família intacta de atos que podem desestruturá-las é uma negligência que não protege a quem deveria proteger, essa cultura do silêncio degrada e desestrutura a criança e jovem e que de alguma forma afeta todo um histórico social dele com o ambiente, o abusado fica calado por medo, vergonha, medo de sofrer represália ou até mesmo ser desacreditado, esse medo provoca um estigma que acompanha o abusado pelo resto da vida. Conseqüentemente, a Visão Mundial acredita que:

os membros da família e a comunidade são peças-chave na luta contra o abuso sexual de crianças. Cabe a eles engajar-se e se instruir para superar o abuso, ao invés de às vezes até participar da exploração sexual dos seus filhos. (Word Vision Internacional, 2008. p 9)

Ainda neste caminho sobre os desvendamentos do abuso sexual em crianças e adolescentes, Silva (1998) vem apresentando e quantificando os indicadores e as formas de abuso, e define com clareza o abuso sexual e como ele é visto pela sociedade, sobre o olhar analítico da psicologia. A autora explica os indicadores físicos que podem ser o sinal que a criança está sofrendo algum tipo de abuso, é importante a visualização destes indicadores, pois por meio dos mesmos pode-se ter uma noção real do significado "físico" e das marcas "escondidas" pelas crianças.

Há ainda alguns indicadores físicos que evidenciando que a criança ou adolescente vem sendo vítima de abuso sexual, Silva (1998) delimita oito fatores, que podem ser qualificados como indicadores físicos, são eles:

1. Lesões diversas da genitália ou ânus;
2. Anormalidades anais ou vaginais;
3. Gravidez;
4. Doenças sexualmente transmissíveis;
5. Infecções urinárias;
6. Secreções vaginais;
7. Infecção de garganta, crônica e não ligada a resfriados;
8. Doenças somáticas, em especial dores de barriga, cabeça, pernas, braços e genitais, quando não existe patologia médica específica.

Silva (1998) ainda vai frisar a necessidade de um olhar mais profundo nas atitudes das crianças frente à convivência social, ela explica que junto com os indicadores físicos estão os indicadores comportamentais, só há uma diferença entre eles, os indicadores físicos com o tempo somem e os comportamentais com o tempo tem tendência a piorarem, pois estão ligados a comportamentos sociais das crianças. Os indicadores comportamentais são reconhecidos como:

- Excessiva submissão;
- Comportamento Agressivo/anti-social;
- Comportamento Pseudomaduro;
- Insinuação de atividade sexual;
- Brincadeira sexual persistente, exagerada e inadequada com pares, consigo mesmo ou com brinquedos e comportamento sexualmente agressivo com outros;
- Compreensão detalhada e inadequada para a idade a respeito de comportamento sexual;
- Chegar cedo à escola e sair tarde, com pouca, ou nenhuma ausência;
- Fraco relacionamento com pares, incapacidade para fazer amigos e falta de participação em atividades escolares/sociais.
- Incapacidade de concentração na escola;
- Queda repentina no desempenho escolar;
- Falta de confiança, particularmente em pessoas importantes;

- Medo de pessoas do sexo masculino (nos casos de agressor do sexo feminino e vítima do sexo feminino);
- Comportamento aparentemente sedutor com pessoas do sexo oposto;
- Fuga de casa;
- Alterações de sono;
- Comportamento regressivo;
- Retraimento;
- Depressão clínica;
- Ideias ou tentativas de suicídio;
- Auto-mutilação;
- Baixa auto-estima ou auto-imagem deficiente;
- Sintomas histéricos e alterações na personalidade;
- Abuso de drogas.

Após a explicação de como são os indicadores comportamentais e como se apresentam as atitudes sociais das crianças e adolescentes é importante dar o aprofundamento no encaminhando as explicações para os indicadores psicológicos dos abusados, que segundo a autora são: Culpa; Vergonha; Perda/tristeza; Confusão; Ambivalência; Irritação; Medo; Ansiedade; Insegurança; impotência/desamparo.

Silva (1998), ainda dará destaque explicitando as inúmeras doenças Psicossociais que acompanham os abusados, isso dá uma noção inicial do pensamento do abusado sobre o abusador e a sociedade, o pensamento dela sobre a sociedade e a família e os sofrimentos sobre a aceitação do abuso e o silêncio que por inúmeras vezes acompanha os mais distintos casos. É ainda interessante provocar uma discussão sobre a temática do abuso sexual intra-familiar, onde o núcleo central do abuso é dentro da família, onde a criança ou o adolescente deveria sentir-se protegido, Silva (1998) delimita como sendo “o incesto e suas conseqüências”, o significado maior do abuso dentro das famílias e no cotidiano social do convívio dessas crianças.

A referida autora explica que 98% dos casos de abuso sexual incestuoso é de pais contra as filhas ou de pais-substitutos contra as filhas das cônjuges, sendo que as mulheres tem uma forma diferente de manter o abuso, pois da parte delas as

atitudes de abuso são acompanhadas pelo excessivo cuidado ou jogos de excitação sexual sem muitos atos de penetração, em média 90% dos casos são de meninas abusadas, porém Silva (1998) vem reafirmar o que a Word Vision discute de que o número de meninos vem crescendo gradativamente.

Sobre essas colocações feitas e discutidas até o momento, sobre o abuso sexual em crianças e adolescentes, Faleiros (1997) vai pontuar que a estrutura do abuso se dá diante de nove atitudes que entrelaçam-se e constituem o núcleo do abuso dentro da família, segundo ele são as seguintes:

- *Segredo familiar.* O problema da violência intra-familiar está envolto em relações complexas da família, pois os abusadores são parentes ou próximos das vítimas, vinculando sua ação, ao mesmo tempo, à sedução e ameaça. A violência se manifesta pelo envolvimento dos atores na relação consangüínea, para proteção da “honra” do abusador, para preservação do provedor e tem contado, muitas vezes, com a complacência de outros membros da família, que nesse caso, funciona como clã, isto é, fechada e articulada.
- *As pessoas vitimizadas* são traumatizadas pelo medo, pela vergonha, pelo terror. Elas reprimem falar do assunto, mas sofrem de depressão, descontrole, anorexia, dificuldades nos estudos, problemas de concentração, digestivos, fobias, sensação de estar sujo. Há tentativas de suicídio ligadas ao trauma. Segundo um caso apresentado, um menino foi proibido de usar o sobrenome da família, devido ao estigma de homossexual, após ter sido abusado pelo pai e pelo tio. A pessoa vitimizada é que sofre a punição.
- *Reincidência.* Os abusadores são reincidentes; não se restringem à vitimização de apenas uma pessoa, seja da família ou fora dela. Exemplo disso são os pedófilos.
- *Repetição da violência.* As pessoas vitimizadas tendem também a repetir a violência com outras pessoas da mesma forma em que foram vitimizadas.
- *Presença da violência em todas as classes sociais.* há maior presença de garotas da cor branca, há mais denúncias de famílias pobres. A pobreza não pode ser considerada causa de abuso, mas constitui uma situação de risco ao

propiciar a promiscuidade, a falta de alojamento, as frustrações da miséria e do desemprego, o analfabetismo, o alcoolismo, a falta de cultura do diálogo com as crianças.

- *As crianças e adolescentes podem ser vitimizadas em qualquer idade*, mas as reações e traumas são diferenciadas de acordo com a idade, assim como a capacidade da criança ou adolescente em reagir, contar, resistir e do apoio que venha a receber. Não se pode definir um padrão único de abuso.
- *Impunidade do abusador*. O abusador é, muitas vezes, “perdoado” pela família e pela sociedade por razões culturais e autoritárias.
- *Fuga da casa*. É freqüente, em depoimentos de meninos e meninas de rua, a constatação de que a fuga da casa foi motivada por agressões físicas e/ou sexuais.
- *Necessidade de terapia* e acompanhamento de forma multiprofissional ou interdisciplinar, tendo em vista a complexidade do problema.

Avante nas discussões, Silva (1998) assim como Faleiros (1997) vão explicar como funciona “o transtorno de estresse pós-traumático”, como sendo um ponto de fuga do abusado frente à situação do abuso, esse tipo de fuga tem por finalidade tornar irreal o que é real e provoca medo, angústia ou nojo. É uma verdadeira fuga do tempo, um blecaute da mente, frente a uma problemática de que o agredido necessita fugir, e como não consegue fugir da agressão por completo, escapa dela pela mente.

A autora dá um enfoque sobre “o desequilíbrio relacional”, dando explicações de como o incesto se forma e de certa forma se fortalece dentro do espaço social que é a família, é explicado que geralmente a família incestuosa vem de uma série de atos incestuosos que os pais já sofriram e que agora praticam em seus lares, o pai incestuoso pode ter sido abusado quando criança, pode ter sido abandonado pelos pais ou detinha um grande amor pela mãe, que de certa forma não era correspondido.

Já sobre a mãe, segundo pesquisas as mulheres são pouco incestuosas, em sua maioria não praticam o abuso sexual contra os seus filhos, mas em muitos

casos são coniventes com as atitudes incestuosas dos pais, por talvez “ter” sofrido na sua infância o abuso sexual por parte do pai ou irmãos, e por não ter sido protegida pela mãe, segundo a autora esse abandono da mãe sobre a filha e sobre a prática incestuosa do pai para com ela cria uma cadeia de ações que se generalizam e que inúmeras vezes se repetem.

Estas jovens abusadas sexualmente em sua grande maioria são as meninas mais velhas, que eleitas pelo pai, passam a ser protegida por ele, que em muitos dos casos passa em algumas atitudes, ter mais poder que a mãe nas decisões da casa, essa menina sentindo-se abusada pelo pai e abandonada pela mãe aceita a condição do abuso sexual e usa isso para vingar-se da mãe e de sua atitude frígida e despreocupada. Essa prática incestuosa, se não for terminada em sua gênese, tem a tendência de aumentar e talvez o pai abusador pode mais tarde praticar os mesmos abusos com as outras meninas ou meninos mais jovens da família, como se fosse um ciclo vicioso de uma prática que não recebe nenhuma represália.

Segundo os dados da autora, os atos incestuosos e a prática do abuso sexual em crianças e adolescentes dá-se dos 04 aos 12 anos, segundo a autora, geralmente é mais fácil para o abusador manter a relação com as crianças menores porque elas identificam aquela atitude como uma atitude de amor, afeto e devoção, elas tem a tendência a doar-se mais, mesmo que o desconforto e a dor da agressão possa parecer grande o agressor consegue por meio de trocas que o afeto seja maior que as dores.

É explicado ainda que com a chegada à fase adulta, os atos de abuso tem a tendência de ficarem cada vez mais agressivos e de forma mais punitivas, pois como o agredido começa a reconhecer que seu ato e o ato de seu pai estão errados ela tem a tendência a se esquivar e fugir da situação, nesse período dão-se início nas chantagens e ameaças, o medo, segundo Silva (1998), passa a ser o fator principal para que o abuso continue sendo perpetuado. Outro fator que é muito forte nessa situação é o sentimento de culpa, esse sentimento impulsiona o agredido a aceitação da situação, pois acredita que se está acontecendo é porque em alguma situação foi permitido e isso coloca a vítima na posição de culpa e consecutivamente no medo de revelar os fatos que ocorrem.

Na fase adulta, os sintomas que se apresentam em virtude desse abuso sexual ocorrido em fases anteriores, são identificados como uma depressão

profunda baixa auto-estima e pouca força de vontade, é importante expor que Silva (1998) ainda explica que geralmente as vítimas do abuso sexual incestuoso vão procurar como par ideal o perfil social do abusador, passando por conseqüência seguindo com uma situação de medo e abandono por mais tempo, esse perfil de par pode ser uma pessoa imatura, dominadora, usurpadora, que impõe a vítima quase que as mesmas situações em que vivia quando abusada pelo pai.

Sobre o tema “Risco inter-geracional”, Silva (1998) explica de forma muito clara como se dá esse desgaste da família e a produção da atitude incestuosa do pai, a vítima de abuso sexual vai atrair para seu lado homens que necessitam de uma atenção além do normal, pois também vem de uma situação de família incestuosa onde ele como filho era abandonado pela mãe. Esse perfil de família que se constitui onde a mãe é protetora do pai e onde o pai é dependente da proteção da mãe dura até a chegada do primeiro filho.

Nessa situação, o pai geralmente acaba tendo o sentimento de disputa revelado, pois vê o bebê como um rival da atenção da mãe, observa que a mãe passa a dedicar ao filho o amor e a proteção que antes era devotado somente a ele, a raiva e o ódio de ver que novamente está se repetindo a situação de abandono o pai passa a disputar com a criança a atenção da mãe, a mãe exausta passa a evitar o pai. Em uma situação exposta por Silva (1998), caso a mãe retorne a ficar grávida essa situação de cansaço e exaustão passa a ser maior, agora o pai sente-se mais abandonado e precisa vingar-se da mãe que o abandonou e precisa achar alguém que devote a ele o amor e a segurança que antes encontrava na esposa. O pai pode procurar fora da realidade da família essa situação, mas encontra-se mais protegido pelo seio familiar, e escolhe a filha mais velha para dar início a prática do ato incestuoso. Como estratégias do abuso sexual as mais freqüentes são as ameaças e o suborno, onde a vítima sente-se recompensada ou coagida pelo abusador, é importante deixar claro que, o silêncio também parte do próprio abusado que vê essa atitude como sendo uma forma de se sentir protegida e amada já que dentro da própria família ela sente-se abandonada.

O abuso sexual tem fim quando propositalmente ou acidentalmente ele é descoberto, a revelação acidental dá-se pelo fato da vítima começar a apresentar sintomas que são reveladores dos atos do abuso, hematomas, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e atitudes sexuais muito aparentes nos atos

das mesmas. Segundo Silva (1998), a revelação proposital geralmente dá-se pelo fato da vítima não suportar mais a situação e começa então a desencadear uma série de atitudes agressivas, sentimentos de medo, fuga e tentativas de suicídio, quando se dá o início desses indícios é notado por terceiros e então desvendado o segredo, o agressor passa então a provocar situações que desmintam a vitima fazendo muitas vezes que ela recue.

Para finalizar, a autora vai exemplificar o “desamparo”, ela vai deixar claro que o ato incestuoso se dá no seio da família, e por isso a vítima sente-se mais desamparada e opta pelo silêncio como regra a seu sofrimento, quanto mais confiante for o agressor, quanto mais apegado ele for com a criança, mais a criança guarda o segredo, talvez por medo da perda, talvez pela falta de coragem em contar os fatos e as situações para a família por medo que ela se desmanche, esse desamparo é encontrado também como forma de falta de proteção legal, porque ela entende que se deixou que o ato acontecesse mesmo que por medo, ou por confiança no agressor, ela de certa forma seria acusada de sedução e de ter ajudado para que o abuso acontecesse.

3.2 – Por que pesquisar abuso sexual em crianças e adolescentes: a proposta da pesquisa.

É necessário desvendar esse olhar sobre o assunto que está tão intimamente ligado a conceitos de proteção para família, e a uma sociedade estritamente machista, patriarcal que subjulga o feminino, a criança e o adolescente, para satisfazer seus desejos e anseios.

A pesquisa é de suma importância para a comunidade, pois trata de um assunto extremamente polêmico, que em muitos casos mantêm-se no silêncio, é necessário para a comunidade em geral saber se as políticas de atendimento estão sendo efetivamente disponibilizadas e sendo cumpridas pelos órgãos de competência, acredita-se que por meio desse extrato possa dar visibilidade para as vítimas, que de alguma forma estão esquecidas no âmago das “políticas fragilizadas” que não conseguem atingir todos os que necessitam.

O trabalho pauta-se na busca por dados que possibilitem a construção de como são feitos os encaminhamentos, bem como se houve um melhoramento no atendimento e recebimento dos casos de abuso sexual. É necessário desvendar e sinalizar a sistemática das políticas e dos atendimentos, observando se houve capacitação de agentes que saibam promover a acolhida a essas vítimas e se realmente estão preparados para que não haja uma culpabilização das vítimas, transformando-as em culpadas.

Questionando se os agentes protetores amparam de fato, as vítimas ou simplesmente estão cumprindo um ato que não necessita de cuidados. Tendo essa preocupação, é necessário observar quais são os métodos de intervenção do Serviço Social na realidade dos casos de abuso sexual em crianças e adolescentes, considerando que esse tipo de agressão materializa-se em violência psicológica, afetando de forma negativa indivíduos que estão em processo de construção da personalidade e que por meio da violação do seu corpo tiveram, também, seus direitos corrompidos. Tal fenômeno exige atenção, pois suas conseqüências refletem de forma direta e indireta na construção de uma visão de mundo do sujeito, assim como, na sua relação com a sociedade.

Para o meio acadêmico, o trabalho tem a força de orientar o olhar do fazer profissional, frente a um tema que necessita ser desvendado possibilitando uma preocupação do Serviço social, a fim de modificar a estrutura presente, fazendo esse processo dialético entre o que está presente e o que pode ser modificado tanto nas formas gerais de atendimento quanto na sistemática de recebimento dos casos.

A preocupação maior da pesquisa é visualizar os trabalhos da “rede social de proteção às vítimas”⁸, questionando sobre as inúmeras possibilidades de

⁸ Destaca-se que o denominado sistema de garantia de direitos consiste num conjunto de instituições das políticas de atendimento, a exemplo do CREAS; dos conselhos de defesa de direitos de criança e do adolescente e conselhos tutelares; das instituições do Poder Judiciário (Vara da Infância e da Juventude); Ministério Público; Defensoria Pública; organizações da sociedade civil que atuam no campo de defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes (Centros de Defesa, fóruns de defesa de direitos, etc). O Sistema de Garantia de Direitos – SGD tem o papel de “potencializar estrategicamente a promoção e proteção dos direitos da infância /adolescência, no campo de todas as políticas públicas, especialmente no campo das políticas sociais e de manter restritamente um tipo especial de atendimento direto, emergencial, em linha de ‘cuidado integrado inicial’, a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados e violados (credores de direitos) ou a adolescentes infratores (em conflito com a lei). Por ter esse papel estratégico, é fundamental que as instituições que compõem o SGD trabalhem articuladas. (in Nogueira Neto, Wanderlino – Revista Serviço Social e Sociedade nº 83, 2005)

atendimento e recebimento dos casos, desvendando o trabalho dos mais distintos órgãos que fazem da rede social de proteção, o sistema resgatador das vítimas do abuso sexual, podendo devolver a elas os direitos cerceados.

O estudo buscou fazer um extrato dos programas de atendimento e acompanhamento dos casos de abuso sexual em crianças e adolescentes proporcionando um esclarecimento dos encaminhamentos propostos. Foram quantificados os indicativos do abuso sexual na cidade de São Borja nos anos de 2007 a 2009, dando uma importância maior na sistemática de intervenção do Serviço Social propostos pelos órgãos de atendimento.

O problema norteador da pesquisa teve sua nascente por meio da seguinte questão: *“Quais foram as políticas de intervenção e acompanhamento dos casos de abuso sexual infantil na cidade de São Borja, entre 2007 e 2009, e quais as propostas de intervenção do Serviço Social?”*. É por meio da pesquisa e da resposta desta questão que busca-se observar o sistema, bem como as políticas presentes na sistemática dos atendimentos e busca identificar quais são as políticas de atendimento propostas pelos órgãos da rede social de proteção às vítimas de abuso sexual na cidade de São Borja, com o intuito de desvendar como são feitas as notificações e os encaminhamentos, possibilitando observar ligação entre os órgãos de proteção, e como estão sendo propostas essas políticas de atendimento.

Não muito distante disso, os objetivos específicos preocupam-se em:

- Analisar por meio de dados, quais são as políticas de atendimento nos casos de abuso sexual, bem como quais são os encaminhamentos feitos pela rede social de proteção.
- Observar a articulação entre os órgãos e poder visualizar todo o sistema sobre como se efetiva a atuação de cada um.
- Verificar quais são as políticas de encaminhamentos propostas pelos órgãos da rede social de proteção às vítimas de abuso sexual na cidade de São Borja. Essa proposta mais ligada à cidade de São Borja diminui o espaço tempo entre o que é o abuso e onde ele ocorre já que depende muito do tempo espaço em que ocorre o ato.
- Identificar quais são as estratégias de intervenção do Serviço Social na realidade dos casos de abuso sexual.

Essas estratégias ligadas diretamente à rede que compõem o sistema socioassistencial de atendimento aos casos apresentados.

3.3 – Rede de atendimento: fundamentos sociais do trabalho em rede?

Para eficiente atuação e desempenho do trabalho dos profissionais que compõem as instituições da rede socioassistencial, torna-se necessário observar o que explica Rizzini (2002) “as relações humanas caracterizam-se por um emaranhado de elos que se formam ao longo da vida de cada ser. A imagem de uma rede composta por múltiplas conexões, isso compõe a teia de relações”(p.15). A autora enfatiza que as relações sendo humanas, são dotadas de inúmeras interligações que se unem, a fim de proporcionar constantes transformações na vida humana.

Já sobre a construção da rede como agente do processo de atuação e como forma de melhor atendimento às demandas existentes observa-se que essa mudança só acontece realmente por meio da motivação dos os agentes que fazem parte do espaço social. Essa categoria de mediação como centro da articulação entre as partes de uma totalidade complexa, é responsável pela possibilidade da passagem entre o imediato e o mediato. Essa passagem do imediatismo só realmente acontece quando a rede social está articulada. Desse modo, quanto ao conceito de rede, Castells (1999) explica que:

A única organização capaz de crescimento sem preconceitos e aprendizagem sem guias é a rede, de fato, uma pluralidade de componentes realmente divergentes só pode manter-se coerente em uma rede. “Nenhum outro esquema-cadeia, pirâmide, árvore, círculo, eixo – consegue conter uma verdadeira diversidade funcionando como um todo”. (p. 485).

Só no sistema de rede é possível juntar inúmeros perfis trabalhando em prol de um único objetivo, como o autor ainda define: “Só a rede pode interligar as atividades e propor novos esquemas de realização e de melhoramento dos espaços onde ela atua” (p 485). Não importa o tipo de rede, ela só funciona se estiver articulada, só existe como rede de apoio quando realmente pode proporcionar uma

segurança na equipe a ponto de desmembrar-se em muitos espaços sejam eles nos mesmos lugares ou em áreas diferentes, essa ligação necessária e essa quebra da articulação fica clara quando Castells (1999) explica que:

Rede é um conjunto de **NÓS** interconectados. **NÓ** é um ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é, depende do tipo de redes concretas de que falamos. Essas redes existem porque existe a interlocução de inúmeros e diferentes agentes que trabalham para que a sistemática proposta exista e funcione. (p. 498).

Esses espaços e essa definição da rede de apoio exemplificados pelo autor conduzem observar que realmente é necessária a interação social entre todos os agentes da rede. São eles o coração das atividades propostas, são o elo entre o que deve ser feito e o que é feito. A rede pode absorver muitas e diferentes instituições que na sistemática do processo de trabalho, trabalham guiando-se para o mesmo norte.

Segundo Türck (2002) “Essa rede necessita de um processo em que os sujeitos interajam entre si e se disponibilizem a compartilhar afeto e conhecimento” esse processo em que os agentes articulados têm que estar em plena atuação propondo e aceitando propostas e sabendo qual a sua atuação no contexto que gere a rede.

Faleiros (1999) vai expressar que “a rede é uma articulação de atores em torno, de uma questão disputada” que mesmo sendo essas disputas sociais, políticas e complexas elevam o trabalho em grupo e sistematizam o que é uma atuação necessária para que o sistema funcione, Morin (1996) concorda com Castells (1999) quando referem que o trabalho em rede é um trabalho sobre “nós”(p. 54) esses nós intimamente ligados a todos os agentes de atuação.

Türck (2002), ainda é um dos autores que mais pontua sobre o assunto, vai subdividir a rede em duas formas distintas, as redes internas, que são de atuação restrita e é uma atuação mais íntima do trabalho entre parte a parte, a autora vai explicar ainda que “na rede interna, é necessário agregar também um elemento fundamental e pertinente para a sua formação” a autora vai explicar ainda que “dessa forma, a escuta pressupõe a intercomunicação, a inclusão, o compartilhamento e o interesse em comum”.

A autora ainda explica que as redes podem ser divididas também em redes sociais ou redes socioassistenciais que são constituídas por elementos ou instituições que tem atuações distintas e funde-se a fim de trabalhar em prol de um sistema ou melhorar a atuação do trabalho sobre um determinado assunto segundo Türck (2002) “a rede social é uma espécie de núcleo oriundo da articulação do núcleo estável da rede de planejamento e do núcleo estável da rede operacional e dos recursos sociais”. É impossível pensar um trabalho de grupo, sejam eles de articulação empresarial, social ou comunitário sem ter que ao final exemplificar o que são redes, procurando o aprofundamento das redes sociais. O conceito de rede social vem se ampliando dia a dia, na medida em que percebemos o poder da cooperação como atitude que enfatiza pontos comuns em um grupo para gerar solidariedade e parceria.

Ainda no texto é desvendado que a rede é intrínseca ao ser humano. Nós articulamos todos os dias com inúmeras pessoas que de certa forma fazem parte de um grupo social, se por algum motivo esse convívio cessa, há então uma possível falha na interação dos mesmos, as redes sociais aqui propostas, servem de apoio para que o trabalho do assistente social seja realizado de forma objetiva e sem falhas. Segundo o Serviço Social do Comércio – SESC⁹, as redes sociais têm como objetivos:

- Favorecer o estabelecimento de vínculos positivos através da interação entre os indivíduos;
- Oportunizar um espaço para reflexão, troca de experiências e busca de soluções para problemas comuns;
- Mobilizar pessoas, grupos e instituições
- Estabelecer parcerias entre setores para implementar programas de orientação e prevenção, pertinentes a problemas apresentados pelo grupo.

As características que devem ser encontradas e desenvolvidas no trabalho com as redes sociais de apoio são:

⁹ O SESC, mantido pelos empresários do comércio de bens e serviços, é uma entidade voltada para o bem-estar social de sua clientela. Atua nas áreas da Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência.

- **Acolhimento** – capacidade de acolher e compreender o outro, sem impor ou impor-se quaisquer condições ou julgamentos.
- **Cooperação** – demonstração do real interesse em ajudar e de compartilhar na busca de soluções.
- **Disponibilidade** – demonstração e associação a um compromisso solidário.
- **Respeito** – as diferenças étnicas, econômicas e sociais – reconhecimento e consideração pela diversidade.
- **Tolerância** – capacidade de suportar a presença ou a interferência do outro sem sentimento de ameaça ou invasão.

É importante para o processo de aplicação das propostas feitas na rede sócio assistencial, terem em mente que no trabalho coletivo do grupo, onde toda a equipe que está trabalhando nos projetos ou nas atuações mais diretas com a comunidade possua esses conhecimentos sobre as características apresentadas acima.

A rede socioassistencial que este estudo mais intimamente observa é composta por agentes da sociedade que atuam em distintas áreas, mas que no processo de atuação frente ao assunto tratado na pesquisa acabam por trabalhar e atuar em conjunto para propor um atendimento mais atuante e presente. A rede socioassistencial é composta pelo Hospital Infantil Ivam Goularte, Polícia Civil, Fórum (representados pela Vara criminal e 3ª Vara da Infância e Juventude), Conselho Tutelar, e Serviço Sentinela – CREAS.

3.4 – Processo de trabalho: a presença do Serviço Social na rede de atendimento.

O Serviço Social é uma profissão que está inserida na divisão social e técnica do trabalho e tem como matéria-prima a questão social e suas diferentes manifestações, lamamoto (2000). É uma profissão que trabalha diretamente com as expressões da questão social. Segundo Goerck (2004).

A questão social pode ser compreendida e pensada como o conflito gerado entre o capital e o trabalho, entre os sujeitos que possuem os meios de produção e os despossuídos do mesmo, bem como as

desigualdades sociais em suas múltiplas expressões sociais. (Goerck 2004, p. 1)

Portanto as expressões da questão social são provenientes desse embate criado do conflito entre o capital e o trabalho. Essas expressões são observadas nas problemáticas como exclusão social, violência, drogadição, alcoolismo, desemprego entre outros.

Segundo Goerck (2004) para haver essa intervenção do Serviço Social diretamente nas expressões da questão social, é necessário o compromisso ético-político, que está presente no código de ética dos Assistentes Sociais (1993), deve-se ter como tarefa principal a ampliação da cidadania, efetivando o acesso dos usuários aos direitos civis, políticos e sociais.

O Serviço Social tem como princípios norteadores da prática profissional, a equidade social e a justiça social, com vistas à diminuição das desigualdades presentes na sociedade. Para que o trabalho proposto pela profissão seja efetivado, tendo em vista o princípio ético-político proposto à profissão, se faz necessário diagnosticar, desvelar e identificar as múltiplas manifestações presentes no contexto das instituições, a partir de uma postura profissional investigativa como elemento primordial do processo de trabalho.

Entretanto, os processos de trabalho do Serviço Social podem ser compreendidos por “[...] uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação, meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; é a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto” (IAMAMOTO 2000, p. 61-62).

Enfim, se faz obrigatoriamente necessário expressar que diante da totalidade, o assistente social tem a função de atuar sobre a realidade integral, fazendo essas conexões entre as partes a fim de chegar ao todo, pois “o profissional não pode se ater somente a aspectos pontuais de uma intervenção, deve realizá-lo de modo articulado, tendo consciência que sua ação interventiva está inclusa na totalidade social” (GOERCK 2004, p. 3).

O Serviço Social, como profissão de atuação direta com o os usuários, tem em seus meios de trabalho inúmeras formas de atuação, esse perfil social de atendimento às múltiplas questões que se apresenta no cotidiano, o perfil de cada atendimento varia de casa para caso, mas como estamos ao longo do processo de

apreensão de conhecimento sobre o abuso sexual, a rede socioassistencial e a instrumentalidade do trabalho do assistente social nestes casos, cabe ainda propor a exaltação do perfil do profissional que atua diretamente nos órgãos de proteção às crianças e adolescentes.

Guerra (2000) vai explicar que “o tema instrumentalidade no exercício profissional do assistente social parece ser algo referente ao uso daqueles instrumentos necessários ao agir profissional, através dos quais os assistentes sociais podem efetivamente objetivar suas finalidades” (p.1). Esta afirmação evidencia que a atuação do profissional é concisa e necessita certo conhecimento da área em que está atuando, a autora pontua que a instrumentalidade no exercício profissional refere-se a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico.

A instrumentalidade do trabalho, e o Serviço Social possibilitam que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições no nível do cotidiano, com isso os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações. A utilidade social da profissão está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão, demandas essas presentes em todos os níveis da rede sócio assistencial.

No sentido de evidenciar o trabalho do serviço social na cidade de São Borja, bem como a sua presença em alguns órgãos da rede socioassistencial é possível observar que os Serviços de Proteção Social às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e a Suas Famílias (Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes disponibilizado pelo Programa Sentinela que está intimamente ligado ao CREAS), inseridos no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, têm como objetivos “Contribuir para a promoção, defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual”, buscando:

1. Identificar o fenômeno e riscos decorrentes;
2. Prevenir o agravamento da situação;
3. Promover a interrupção do ciclo de violência;

4. Contribuir para a devida responsabilização dos autores da agressão ou exploração;
5. Favorecer a superação da situação de violação de direitos, a reparação da violência vivida.

O Programa Sentinela tem como um dos seus princípios mais importantes “o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a potencialização da autonomia e o resgate da dignidade”. Dignidade essa já expressa anteriormente como sendo parte fundante do direito à vida e todos os outros direitos presentes na Constituição Federal (1988). Sobre o Programa Sentinela, Fávero (2000) vai expor que:

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), esse Programa deve ser operacionalizado pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), de abrangência local ou regional, obedecendo às Normas Operacionais Básicas da Política Pública de Assistência Social, devendo manter estreita articulação com os demais serviços da Proteção Social Básica e Especial, com as demais Políticas Públicas e instituições que compõem o sistema de Garantia de Direitos. (FÁVERO, 2000 p 06)

Com isso é possível visualizar que a rede socioassistencial, não é só uma necessidade do trabalho para uma boa atuação, mas um direito dos usuários, já que o Creas, como exposto pela autora é o centro de uma grande articulação entre todos os agentes da proteção social básica. Ainda sobre essa fina ligação entre os órgãos que compõem a rede de atendimento, Fávero (2000) vai exemplificar como a rede deve agir diante dos casos de violência ou abuso sexual contra crianças e adolescentes. Segundo a autora o Código de Processo Penal (CPP), datado de 1940, disciplina a aplicação da legislação penal (processo legal) em relação à prática de crimes, e, neste caso, aqueles que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes, devem atuar da seguinte maneira:

1. Denúncia oferecida pelo Promotor de Justiça ao Juiz de Direito, com base em inquérito policial, ou outras informações, por exemplo, a denúncia feita diretamente pela própria vítima (neste caso as denúncias feitas ao Conselho Tutelar);

2. Interrogação do acusado, acompanhado de defensor (os quais podem não comparecer);
3. Apresentação de defesa escrita;
4. Audiência para oitiva da vítima e das testemunhas, quando o juiz faz sua própria inquirição às testemunhas e à vítima (no caso em estudo, a criança e/ou o adolescente se a criança ou adolescente for a vítima vai para a vara da infância e juventude, e se for o réu vai então para a vara criminal) sobre o crime e, em seguida, faz a elas as perguntas levantadas pelo Promotor de Justiça e defensor, com objetivos de “conhecer a verdade dos fatos ocorridos”.
5. O trabalho do Serviço Sentinela (CREAS) é feito ao longo do processo com o acompanhamento dos casos, a fim de proporcionar a defesa dos direitos, para que as mesmas não sofram com o processo de reviver os fatos. O Serviço Sentinela dá o auxílio Psicológico, Jurídico e Assistencial que visa proporcionar a vítima, os acompanhamentos necessários ao caso e à justiça , os laudos que servirão de apoio no processo.

Fávero (2000) explica que nessas situações qualquer intervenção profissional “deve ter por objetivo primeiro evitar o dano secundário que uma atuação desavisada pode causar”(p 11), pondera que diante dos fatos, dos relatos da criança, “a atuação profissional não pode e não deve ser diferente, ou seja, os juízes, promotores e advogados devem estar preparados, emocionalmente, para perguntar e ouvir as respostas” (p 11) e por meio das mesmas possuir conhecimentos adequados, que vão além do técnico-jurídico, para lidar com esta dura e cruel realidade.

Nessa perspectiva da atuação do Serviço Social, a autora infere sobre o “depoimento sem dano”, prática essa que é desenvolvida pelo Serviço Sentinela e que possibilita que a vítima de seu depoimento sem ser diretamente ao juiz, depoimento que pode ser feito pelos técnicos que compõem o quadro do Creas, isso inclui o Serviço Social como um dos agentes na atuação direta com o trabalho judicial. Dessa maneira, segundo a autora, os depoimentos podem ser realizados

De forma mais tranqüila e profissional, em ambiente mais receptivo, com a intervenção desses técnicos previamente preparados para tal tarefa, evitando, dessa forma, perguntas inapropriadas, impertinentes, agressivas e desconectadas não só do objeto do processo, mas principalmente das condições pessoais do depoente” (CEZAR apud FÁVERO 2000 p 12)

O “Depoimento Sem Dano” presente no projeto de Lei nº 7.524/06 é um instrumento para trabalhar a denúncia da criança e do adolescente sobre o processo de violência ou abuso sexual tem a perspectiva de salvaguardar “a integridade física, psíquica e emocional do depoente, considerada a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (p.18), em razão da “idade do depoente, para que a perda da memória dos fatos não advenha em detrimento da apuração da verdade real”(p 18), e para “evitar a revitimização do depoente, com sucessivas inquirições sobre o mesmo fato, nos âmbitos criminal, cível e administrativo”(FÁVERO, 2000 p.18). As alterações principais seriam dispostas da seguinte maneira:

1. A inquirição será feita em recinto diverso da sala de audiências, especialmente projetado para esse fim, o qual conterá os equipamentos próprios e adequados à idade e à etapa evolutiva do depoente;
2. Os profissionais presentes na sala de audiências participarão da inquirição através de equipamento de áudio e vídeo, ou de qualquer outro meio técnico disponível;
3. A inquirição será intermediada por profissional devidamente designado pela autoridade judiciária, o qual transmitirá ao depoente as perguntas do Juiz e das partes;
4. O depoimento será registrado por meio eletrônico ou magnético, cuja gravação e mídia passarão a fazer parte integrante do processo.

Parágrafo único. A autoridade judiciária, de ofício ou a requerimento das partes, poderá adotar idêntico procedimento em relação a crimes diversos dos mencionados no *caput*, quando, em razão da natureza do delito, forma de cometimento, gravidade e conseqüências, verificar que a presença da criança ou adolescente na sala de audiências possa prejudicar o depoimento ou constituir fator de constrangimento em face de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.” (Projeto de Lei nº 7.524/06 in FÁVERO, 2000 p 18 e 19)

A autora ainda segue dando inúmeras possibilidades da atuação do serviço social diretamente nesses casos, ainda alguns questionamentos sobre se atuar nesse tipo de frente proposta pelo projeto de lei não irá ir de encontro com o código de ética da profissão que tanto discute o sigilo profissional e suas prerrogativas, sobre isso Fávero (2000) vai explicar que:

Em princípio, a justificativa da interdisciplinaridade parece não caber ao “Depoimento Sem Dano”, na medida em que, se o técnico for assistente social, não é solicitada a ele uma intervenção profissional – na verdade, uma outra atribuição lhe é imposta, uma atuação como “intérprete”, ou como “porta-voz” de alguém que tem o poder de decisão em relação às perguntas e ao destino da criança e/ou familiares. (FÁVERO, 2000 p 33).

Como é evidenciado por ela, não seria um “ir contra” o que o código de ética dos assistentes sociais expõe sobre o sigilo, é ter outro tipo de atuação onde o trabalho do técnico é dar a possibilidade do usuário expor os fatos na sua plenitude, sem que haja os constrangimentos do processo judicial. Sobre frente de atuação é importante inferir que o processo de entrevista dá-se em inúmeros encontros para que com o tempo a criança crie os vínculos de confiança e a seu tempo possa realmente expor o problema. Fávero (2000) pontua que “é necessário clareza de que o seu papel profissional deve dar-se estritamente de acordo com as prerrogativas profissionais, não cabendo a ele atribuições de caráter inquisitorial, com vistas à busca da confissão ou da “verdade” para subsidiar eventual punição ao acusado de um crime” (p 34).

O que fica evidenciado, é que por meio da atuação do Serviço Social e da entrevista como forma da busca do “Depoimento Sem Dano” ser um agente factual e pontual do processo, o CRESS-RS 10ª região sobre o assunto explica que “O Programa Depoimento Sem Dano inegavelmente, propôs e passou a constituir uma alternativa “menos” danosa à vítima de abuso sexual/violência física, que em regra geral é “inquirida” pelo Magistrado”. Segue ainda pontuando que “através da nova “Metodologia” passa a ser “escutada” e “acolhida”. Verifica-se a importância da presença do Assistente Social, que transforma o ritual da audiência, em um espaço e oportunidade de escuta da vítima”. Então segundo o CRESS 10ª região, é necessário observar que atuação técnica do assistente social irá trazer para o

processo elementos de ordem socioeconômica, cultural e familiar – objetivos e subjetivos – no qual a fala da criança ou do adolescente vai delinear inúmeros elementos do convívio da família. Fávero (2000) pontua sobre a entrevista que:

Como já visto, a violência sexual envolve traumas, estigmas e segredos, e conhecer os meandros dessa realidade a partir da fala da criança ou do adolescente vítima exige, essencialmente, que se estabeleçam interação e vínculo de confiança entre ela e o(s) entrevistador(es), e que o profissional tenha habilidades e respeito ético para garantir-lhe segurança de que seu papel é o de alguém que atuará como apoio. (FAVERO, 2000 p 35)

A atuação do Serviço Social sobre os casos de abuso sexual bem como o acompanhamento dos mesmos em todos os níveis do processo, possibilita que o trabalho do CREAS seja efetivado em todo o processo como o trabalho que possibilite realmente a proteção proposta pelo mesmo. A proposta de Faleiros (2001) é a de que as ações de atendimento e defesa de direitos devem possibilitar uma mudança de trajetória de vida dos sujeitos, o que implica a concretização de todos os direitos garantidos no ECA (1990). Para o autor do ponto de vista empírico, há diversos circuitos que podem ser agrupados em três fluxos, caracterizados pelas instituições que os compõem e as funções que lhes são atribuídas:

a) O Fluxo de Defesa de Direitos

Composto pela Vara da Infância e da Juventude, Ministério Público, Polícia, Conselho Tutelar, CREAS, Hospitais (ESFs ou órgão de atendimento a saúde), Escola e diversas organizações não-governamentais, cujas funções privilegiam essencialmente a defesa e garantia dos direitos de todos os implicados na situação de abuso sexual denunciado, protegendo-os de violações aos seus direitos. Este fluxo tem o poder de, com a força da lei, determinar ações de atendimento e de responsabilização.

b) O Fluxo de Atendimento

Composto pelas instituições que executam as políticas sociais como saúde, educação, segurança social, trabalho, habitação, cultura e lazer ou serviços, programas de proteção especial, bem como por organizações não-governamentais que atuam nestas áreas. As suas funções visam: dar acesso a direitos das políticas sociais e de proteção, prestar serviços, cuidar e proteger. Este fluxo deve também

dar cumprimento às determinações oriundas dos fluxos de defesa de direitos e de responsabilização, bem como prestar-lhes informações, comissões de Proteção de Crianças e Adolescentes, Centros de Acolhimentos, Organizações não-governamentais.

c) O Fluxo de Responsabilização

Composto pela Polícia, Segurança Pública, Guarda Nacional, as diferentes Delegações e Gabinetes, as Varas Criminais e o Ministério Público e os Tribunais. As suas funções assentam na responsabilização judicial dos autores de violações de direitos, protegerem a sociedade, fazer valer a lei.

Tratar sobre o processo de trabalho do Serviço Social, bem como a amplitude das inúmeras atuações do mesmo, nos diferentes órgãos institucionais que estão íntimamente ligados e trabalhando para promover essa devolução da dignidade e do protagonismo do usuário frente ao abuso sexual, é um processo minucioso, pois estamos paulatinamente falando de humanos e lidando com princípios éticos que a profissão está ligada, e que ao mesmo tempo podem fortalecer ou enfraquecer a atuação dependendo de como o profissional posiciona-se diante de cada caso e de como faz uso dos instrumentos de trabalho e atuação. Por isso o processo de atuação do profissional como dito antes, depende de um saber sobre a profissão, mas para, além disso, exige do profissional de Serviço Social saber qual é o público atendido e estar atualizando-se frequentemente sobre os assuntos que envolvem o seu trabalho.

4. Base metodológica e a análise do processo de trabalho da pesquisa: dificuldades, descobertas e discussões.

“Método é a alma da Teoria” (Lênin apud Minayo 1994, p. 17)

Estruturar a base metodológica é fundamental para dar vida ao processo de investigação, já que é por meio da metodologia que cria-se e estrutura os passos que serão seguidos para obtenção dos dados necessários. A pesquisa nasce de uma questão central que leva o pesquisador a busca por dados que possam vir a

responder o questionamento central, bem como os questionamentos que circundam as dúvidas da estrutura da pesquisa.

O processo de obtenção dos dados, o processo de análise, a estrutura ética e a forma como irão ser avaliados os dados obtidos fundamentam metodologicamente que tipo de pesquisa e em que corrente teórica que o pesquisador assenta seu trabalho e que tipo de instrumentos o mesmo usa para dar às respostas necessárias as questões.

Quando pensamos em análise do processo de trabalho já estamos caminhando para o que seria a então confirmação ou não do que foi pré-questionado. A análise dos dados é a parte em que o pesquisador doa-se aos dados, analisa e articula, distancia-se e retorna com o intuito de ao longe ter a mesma visão do que foi observado perto.

O processo de trabalho está ligado a todos os passos da pesquisa, desde a elaboração do projeto da pesquisa até as considerações finais, tudo é processo de trabalho quando se fala em pesquisa, a busca por dados, a organização dos mesmos, a construção do referencial teórico, as leituras transversais, a busca por materiais científicos e até mesmo a busca por respostas em outras vertentes que dão ao pesquisador a possibilidade de discutir-se e discutir sobre o assunto. Neste capítulo além do referencial teórico, será possível observar o trabalho feito de ir e vir e de buscar chegar-se mais próximo de respostas para as questões norteadoras.

4.1- A Conduta Ética no Processo de Investigação e Pesquisa.

O trabalho do assistente social está ligado diretamente à atuação que envolve seres humanos. A pesquisa em Serviço Social vem demonstrar que a atuação do mesmo, enquanto profissão ligada e envolvida com o contexto histórico do cotidiano vivenciado pelos usuários, necessita de uma estrutura ética que fundamente o seu processo de trabalho e de garantias da atuação fiel do profissional.

Fraga (2010) vai refletir sobre esse assunto, pontuando que “a ética diz respeito à ação do ser humano, estando intimamente relacionada a atos que trazem conseqüências a outros seres humanos” (p.98-99). Neste viés, é necessário pontuar que o processo de pesquisa nas ciências aplicadas como exposto pela autora é

circundado de inúmeros fatores que devem ser seguidos para que a pesquisa sirva realmente como ponto de partida a respostas científica.

Sobre a postura ética, é postulado por Fraga (2010) que “a postura ética diz respeito, também, ao compromisso social do estudo, a fidedignidade para com as fontes pesquisadas, ao respeito pelos sujeitos, estendendo-se do primeiro contato até a divulgação dos resultados” (p.99). É exposto neste trecho à fidelidade do pesquisador para com todo o processo da pesquisa, bem como a conduta ética que deve ser o norte do processo de pesquisa em Serviço Social.

Outras questões importantes estão intimamente ligadas ao Código de Ética dos assistentes sociais (1993), questões como o sigilo profissional e conduta ética que são a base fundante da profissão. Outro viés importante para a profissão são as prerrogativas postas e pontuadas pelos projetos da profissão (ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo), sobre isso Netto (1999) expõe que:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 1999 p 4)

Esse processo de dar à profissão uma imagem, também é feito por meio de toda a conduta ética que os profissionais da mesma terão e estarão usando para desenvolver seu trabalho, seja ele por meio da atuação direta com os usuários, ou na atuação como pesquisador ou docente. Esses projetos revelados por Netto (1999) como sendo a alma que dá vida a profissão são compostos por inúmeros valores que demarcam a atuação da mesma. Segundo diz Netto (1999)

Os elementos éticos de um projeto profissional não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais – por isto mesmo, a contemporânea designação de projetos profissionais como *ético-políticos* revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional.

Quando pontua-se que “ética” só existe quando há a efetivação do histórico-concreto, combinado com a direção político-profissional, é exposto que uma não existe em separado da outra, todas estão intimamente ligadas dando sustentação a atuação, são como a espinha dorsal que possibilita que o fazer profissional esteja ligado ética, como forma de ter seus direitos e de dar as garantias do trabalho pautado em uma postura profissional que preocupasse com a historicidade das relações entre o profissional e os usuários, entre a pesquisa e o pesquisador.

4.2- Metodologia da Pesquisa.

Entende-se por metodologia o processo usado para a obtenção dos dados, segundo Minayo (2000) “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (p 16), a atuação do pesquisador deve seguir uma metodologia que sirva de norte para que sua atuação não seja vazia e sem bases que fundamentem seu processo de trabalho. Como expõe a autora quando diz que “a metodologia inclui as concepções teóricas e um conjunto de técnicas [...] é o sopro divino do potencial criativo do investigador”(p 16)

A metodologia usada é o da pesquisa exploratória, que segundo Gil (1999) “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar os conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”(p. 43). Segundo ele este tipo de pesquisa é desenvolvido com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

A pesquisa social, tanto pelos objetivos quanto pelos procedimentos, são muito distintas entre si, a pesquisa social envolve um processo de apreensão e obtenção dos dados que segue uma ordem que estrutura o processo de atuação, envolve segundo Gil (1999) planejamento, coleta de dados, análise a interpretação e por fim redação de relatório, sendo que cada uma dessas etapas pode ser subdividida em outras mais específicas.

O processo de análise dos dados da referida pesquisa deu-se de forma documental, onde algumas das instituições possibilitaram que fosse observados e analisados os documentos a fim de extrair deles as porcentagem apresentadas, em algumas das instituições que trabalham com o segredo de justiça como o Fórum, a Policia civil e o CREAS foi disponibilizados os dados já quantificados, a análise bem como a produção dos gráfico e os resultados foram feitas de forma minuciosa onde foi feita a apreciação e soma dos dados, para logo após fazer a criação dos quadros e gráficos.

4.3- Processo de Obtenção de Dados.

Os dados foram obtidos por meio de documento entregue nas instituições que compõem a rede socioassistencial devidamente assinado por mim e pela orientadora, fazendo o pedido as instituições para disponibilizar dados e ou autorizar análise de documentações.

Sabemos que a Policia Civil e Fórum, atuam em segredo de justiça, onde os processos que constem nomes e outros tipos de dados não podem ser disponibilizados, por isso a criação do documento. Os dados foram disponibilizados à medida que a instituição poderia disponibilizá-los.

Houve a aplicação de um questionário composto de três questões norteadoras que possibilitam ao pesquisador saber quais são as atividades propostas pelas instituições. O questionário que foi entregue as instituições possuem as seguintes questões:

1. Como são atendidos pela instituição os casos de abuso sexual, e quais os procedimentos feitos quando é detectado um possível caso?
2. Como é feito o acompanhamento dos casos de abuso sexual em crianças e adolescentes, bem como o encaminhamento a os outros órgãos que compõe a rede socioassistencial?

3. Qual a importância da instituição no processo de proteção, emancipação e dignificação da criança ou adolescente que sofreu abuso sexual?

Esse questionário tem a finalidade de colher dados da instituição e como ela atua nos casos de abuso sexual, sem quantificações de dados ou demonstrativos, tem a função apenas de traçar o perfil de cada uma. Em cada instituição visitada e revisitada o pesquisador articula com os agentes delas o que possibilita a obtenção de dados que nem sempre são expostos nos índices e nos registros.

4.4- Quantificação de Dados.

Como exposto anteriormente, os dados fornecidos serão analisados a fim de chegar-se o mais próximo possível da resposta a questão central e as questões norteadoras. Para tanto faz-se necessário neste sub-capítulo fazer o perfil de cada uma quais as suas ações e que tipo de papel tem na composição da rede sócio assistencial. Primeiramente pontuo que conceituar é necessário não só para o esclarecimento, mas para poder encontrar o vértice dessa estrutura, alguns conceitos expostos aqui não foram identificados ao longo do trabalho, porém fez-se necessário conceituar por pertencer a um nível de atendimento que atua junto a alguns órgãos, como é o caso do Ministério Público, que tem como atribuições fiscalizar o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e propor ações jurídicas contra quem desrespeitar os direitos. A rede socioassistencial é composta pelas instituições que a seguir estão sendo expostas, será então traçado o perfil de cada uma, bem como estarão sendo quantificados os dados disponibilizados pelas mesmas.

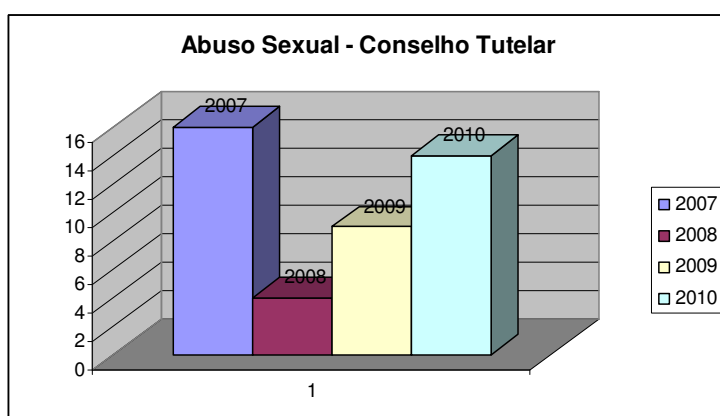
O Conselho Tutelar é um órgão não jurisdicional que é composto por representantes da sociedade civil, que são eleitos aos cargos com duração de três anos, trabalham na defesa e promoção do direito das crianças e dos adolescentes com base no ECA (1990). Segundo as informações, o Conselho Tutelar não desempenha um papel isolado, e sim em conjunto com a rede socioassistencial, exerce um papel político intervindo e articulando junto a outras instâncias, serviços

públicos e privados com a finalidade de resguardar o direito instituído pelo ECA (1990) as crianças e adolescentes em situação de risco.

Segundo os dados disponibilizados pelo Conselho Tutelar sobre como os mesmos são atendidos pela instituição, é explicado que após o conhecimento ou denúncia desse tipo de situação, são ouvidos os responsáveis e então é formalizado o primeiro registro, logo após são orientados a fazer o boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia.

O Conselho segue sua função burocrática enviando os procedimentos e os dados colhidos no primeiro registro ao Ministério Público, para que o órgão tome providências e medidas necessárias dependendo do caso exposto pelo Conselho Tutelar, medidas essas que vão desde o pedido de acompanhamento psicológico até o afastamento do abusador.

O Conselho Tutelar ainda informou que após todos os tramites legais sobre o caso o mesmo segue acompanhando o caso com visitas mensais a família, sendo que por meio destas faz-se os relatos de como o mesmo vem evoluindo após as primeiras intervenções e todos os relatórios são mensalmente enviados ao Ministério Público ou se for instaurado processo judicial são encaminhados a 3ª Vara da Infância e Juventude. Para atendimentos psicossociais, o Conselho informou que envia os casos para acompanhamento pelo Serviço Sentinela, oferecido pelo CREAS. Por meio dos dados fornecidos pela instituição sobre os casos de abuso sexual em São Borja, formulou-se o gráfico abaixo:



O que podemos inferir sobre esses dados informados pelo Conselho Tutelar é que em 2007 houve 16 casos, 2008 foram registrados 4 casos, 2009 foram registrados 8 casos e no primeiro semestre de 2010 já somam 14 casos de abuso

sexual, o ápice dos casos está firmado em 2007 quando na mesma época houve o início dos trabalhos do Serviço Sentinela – CREAS, já em contrapartida no primeiro semestre de 2010 é um numero que marca o crescente índice de casos já que são 14 os registrados para o primeiro semestre.

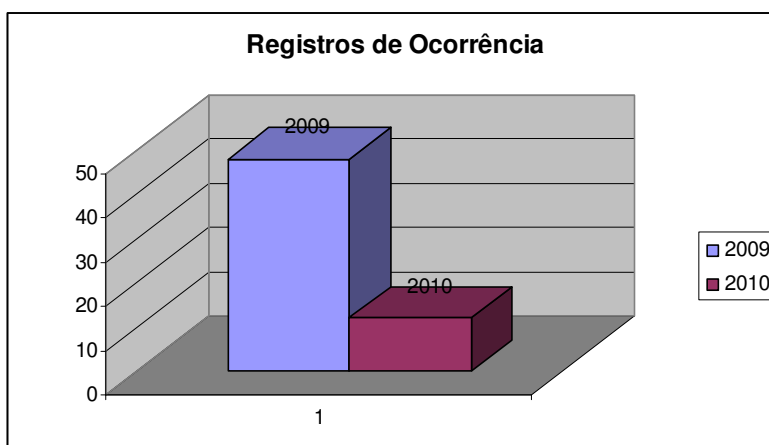
Sobre os casos de Abuso Sexual em Crianças e Adolescentes aparentemente são atendidos com freqüência, porém o que o Conselho informou que encontra inúmeras barreiras para confirmar as suspeitas sobre os casos de abuso sexual, primeiro pelo enrijecimento da família, medo da vítima e ou não aceitação do caso, o que foi disponibilizado pela instituição é muito menos do que efetivamente acontece.

Outro órgão que compõe a rede socioassistencial é a Policia Civil, um dos mais importantes na busca pela efetivação do resgate e do direito da criança e do adolescente abusado sexualmente, quando questionado sobre como são feitos os atendimentos e os encaminhamentos dos casos é exposto que, primeiramente é feito um Registro de Ocorrência, onde a criança ou adolescente vai prestar um depoimento em relação ao fato ocorrido, logo após o mesmo é entregue aos pais, responsáveis ou a um conselheiro tutelar, para que acompanhe a vítima ao exame de corpo de delito. Com todos os depoimentos e com o exame é então instaurado um inquérito policial visando à responsabilização penal do abusador.

A Polícia Civil explica que os casos são encaminhados para atendimento psicossocial junto ao Serviço Sentinela – CREAS onde a vítima recebe acolhimento e tratamento por tempo indeterminado ou até que esteja “curada”¹⁰ dos traumas sofridos. Sobre a importância da instituição na proteção, emancipação e dignificação do abusado é exposto que é neste órgão que são tomados todas as providências possíveis para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes vitimizadas e na busca pela punição dos abusadores.

O gráfico subsequente expõe as atividades de 2009 e 2010, foi informado que anteriormente os casos eram apenas registrados pelo número de ocorrência não por casos, porém desde o início de 2009 com a implantação do cartório de registros da criança e do adolescente, são feitos os registros de ocorrência e então encaminhados para a oficial escrevente que cuida diretamente dos casos que envolvam crianças e adolescentes.

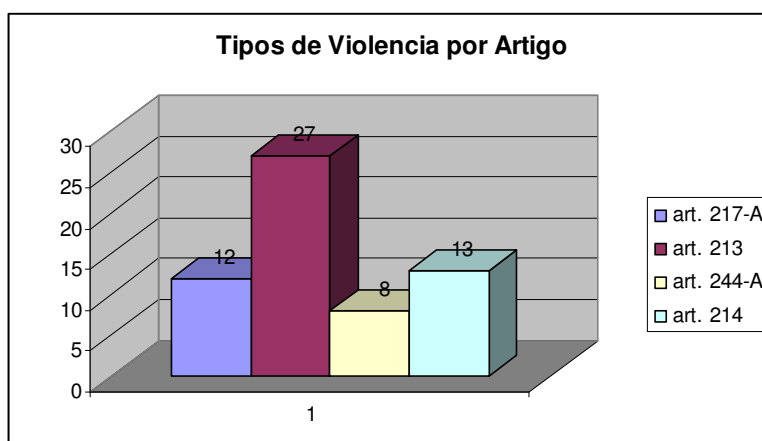
¹⁰ Termo usado pela instituição.



Ao fazer a leitura do gráfico pode-se observar que em 2009 foram registrados 48 casos de abuso sexual, o que levando em consideração os registros disponibilizados em referência a 2010 são apenas do primeiro semestre e demonstram que o número de registros está em 12 (levantamento e 10 de junho de 2010), pode-se inferir que em contrapartida a outras instituições anteriormente apresentadas há um número elevado de casos de abuso sexual em São Borja em 2009, os mesmos são ainda divididos por artigos na Polícia Civil. Segundo eles os casos são registrados pelos seguintes artigos e significações:

- Art. 217-A abuso sexual de menor (respectivamente menor de 14 anos);
- Art. 213 estupro;
- Art. 244-A exploração sexual;
- Art. 214 atentado violento ao pudor.

Sobre os casos divididos respectivamente e quantificado a cada artigo forma-se o gráfico abaixo.



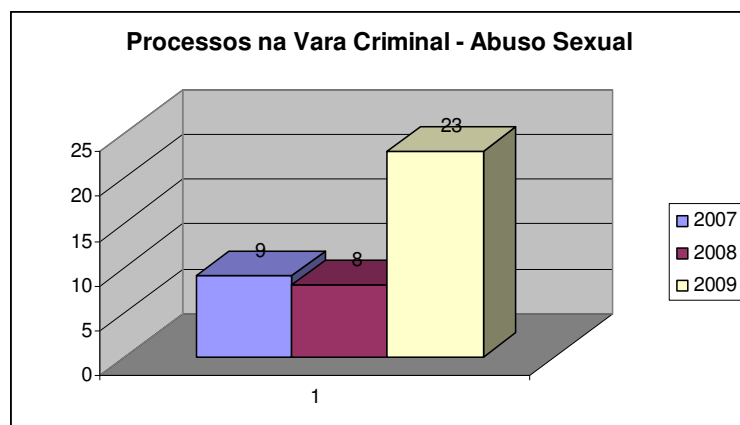
Por meio do gráfico, pode-se observar que a maior incidência dos casos é do artigo 213 que trata diretamente sobre o estupro de menor ficando em segundo lugar o artigo 214 que dispõe sobre o atentado violento ao pudor, depois o abuso sexual de menor representado pelo art. 217-A e por fim o art. 244-A que dispõe sobre a exploração sexual, o que se faz necessário pontuar aqui é que, muitas vezes as vítimas não fazem o registro de ocorrência, pois ao chegarem à Delegacia de Polícia “preferem”, ou acham menos doloso registrar a ocorrência como violência doméstica, o que leva o caso a outras instâncias.

Em contrapartida, o Fórum, mais respectivamente a 3ª Vara da Infância e da Juventude ou Vara Criminal, segundo as informações fornecidas pela instituição quando perguntado como são atendidos os casos pela mesma e como são feitos os encaminhamentos é exposto que, quando há a chegada ao poder judiciário é porque já houve outras intervenções de outras instituições sociais, chegando ao Fórum já com a confirmação do ato, há a existência de provas que evidenciam a suspeita produzida pela Polícia Civil, Sentinela - CREAS ou pelo Conselho Tutelar em relação ao abuso sexual.

Com essas provas, então é feito a instauração do processo na Vara criminal, o Juiz então faz a solicitação da documentação feita pelos outros órgãos sociais, bem como a solicitação dos documentos faltantes, para posteriormente marcar a audiência. Sobre o acompanhamento e encaminhamento do caso é explicado que o mesmo se dá por meio do processo judicial, tendo um caráter legal (código e leis), se for necessário acompanhamento psicossocial os casos são encaminhados a outras instituições e são solicitados laudos e relatórios destes atendimentos.

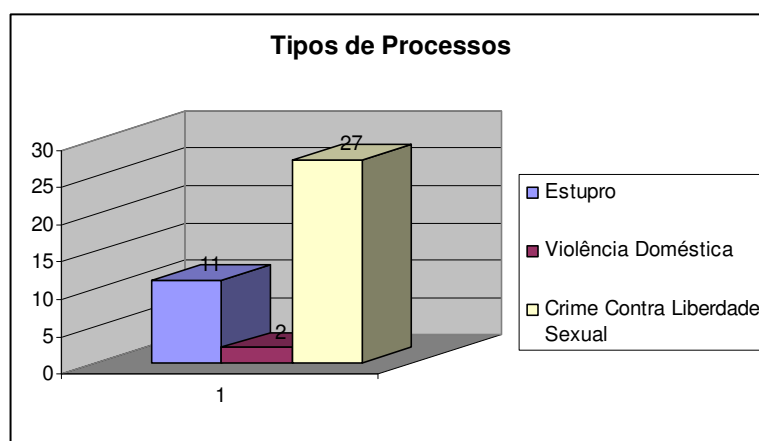
O poder judiciário tem a importância de efetivação do direito da criança e do adolescente que sofreu algum tipo de violação de seus direitos, segundo informado o judiciário tem o “poder”¹¹ de encaminhamento e muitas vezes é o único acesso dos usuários a proteção necessária. O gráfico abaixo foi feito por meio dos dados disponibilizados pela Vara Criminal e tem as seguintes quantificações.

¹¹ Aspado pelo órgão.



Sendo assim, podemos observar por meio do referido gráfico é que em 2007 foram encaminhados ao judiciário 9 processos, em 2008 foram registrados 8 e em 2009 como referido pela Policia e Conselho os casos foram bem mais altos, no fórum foram protocolados 23 processos. Há um grande índice de abusos sexuais em crianças e adolescentes na cidade de São Borja no ano de 2009, como podem ser observados no gráfico, segundo o Fórum os casos em sua grande maioria chegam à Vara Criminal por serem praticados por adultos contra crianças e adolescentes.

Os processos da Vara Criminal são identificados como Crimes contra liberdade sexual, estupro e violência doméstica. Se quantificados em separado apresentam-se como exposto no gráfico abaixo.



Ao fazer a análise do gráfico pode-se observar que houveram 11 casos protocolados como estupro e 2 como violência doméstica, porém os crimes contra a liberdade sexual são os que se são presentes em maior parte dos processos que correm em julgado no judiciário da cidade de São Borja, ainda segundo esses processos, é necessário pontuar que se for identificado que uma criança ou

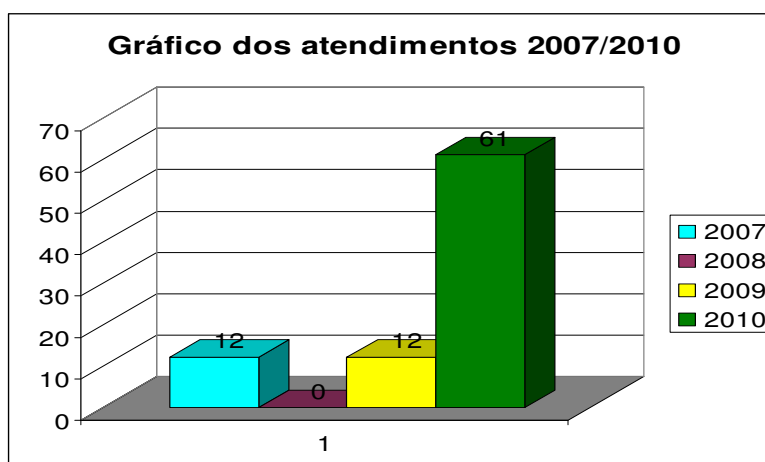
adolescente encontra-se muito fragilizado para prestar seu depoimento o mesmo é encaminhado a cidade de Uruguaiana para prestar depoimento, no sistema de “depoimento sem dano”, já explicado no decorrer da pesquisa.

Para enfim finalizar essa quantificação de dados chega-se a instituição que pontua e recebe todos os casos para acompanhamento psicossocial. O CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social atua diretamente com os casos de violência, abuso e exploração sexual na cidade de São Borja, o centro foi instituído em 2006. Em 2007 são atendidos 12 casos de abuso sexual, o Sentinela (serviço voltado para a temática da pesquisa), ficou durante 2008 apenas sendo composto por uma psicóloga.

Segundo as informações disponibilizadas pelo Serviço Sentinela – CREAS, quando perguntado como são feitos os atendimentos dos casos de abuso sexual e quais os procedimentos tomados pela instituição é exposto que, após receber o encaminhamento dos órgãos competentes (Ministério Público, Conselho Tutelar, Judiciário ou Polícia Civil), é realizada a visita domiciliar e agendada a primeira entrevista com os responsáveis pela criança ou adolescente, este primeiro contato é feito pela assistente social e a psicóloga, para efetivar o vínculo que mais adiante será muito importante para a efetivação dos acompanhamentos. Há também a produção do estudo de caso, visando fazer o perfil social, econômico e psicológico que a família apresenta.

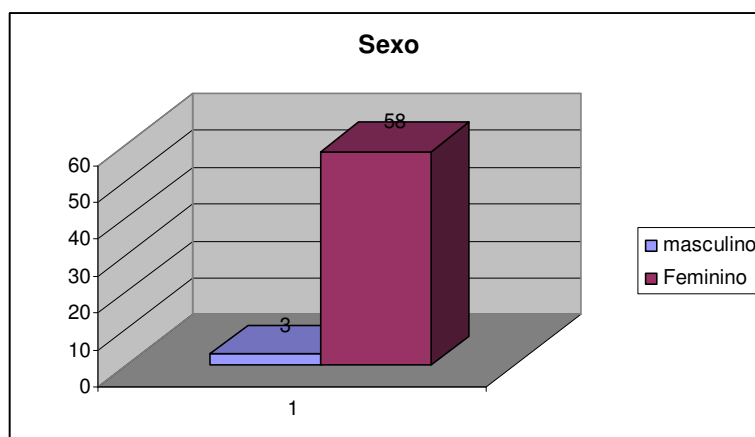
O acompanhamento da família é feito por meio de grupos de responsáveis e visitas domiciliares, o acompanhamento psicológico é feito em grupo e se for necessário individual, há a disponibilidade da vítima fazer as oficinas terapêuticas e artesanais. Todo o processo e os procedimentos feitos pelo Serviço Sentinela - CREAS é registrado e enviado ao Ministério Público ou a justiça.

Em 2009 com a entrada de uma equipe completa, composta por um advogado, um assistente social, um psicólogo e dois educadores sociais, houve a abrangência nos atendimentos. Na entrada da nova equipe estavam sendo atendidos 12 casos (não os mesmos de 2007), com a atuação e a promoção do Serviço Sentinela e a articulação proposta pelo mesmo à rede, o número de intervenções aumentou, como pode ser observado no gráfico abaixo.

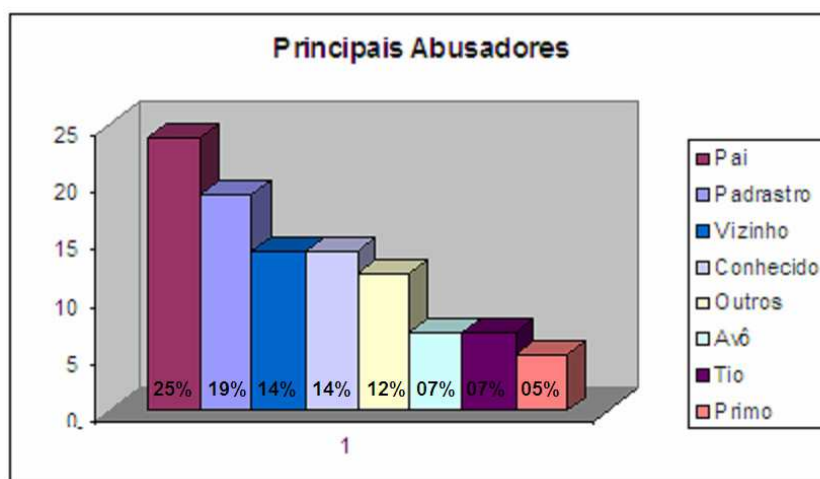


O que podemos observar por meio da análise do gráfico é que quando houve a criação do Serviço Sentinela – CREAS em 2007 eram atendidos 12 casos, em 2008 o serviço é cancelado e, por conseguinte não há atendimentos, com o retorno do mesmo em 2009 houve essa retomada dos acompanhamentos então Sentinela registra diferentes 12 casos, já no primeiro semestre de 2010 há uma grande elevação do número de casos, são acompanhados 61 casos neste primeiro semestre e segundo a informação os casos são crescentes a cada dia.

Mais alguns dados foram passados, dados esses que são o processo de materialização das ações propostas, dados que pontuam a atuação do CREAS – Sentinela no espaço social, mais precisamente no resgate da discussão sobre direito, dignidade e proteção. Segundo dados disponibilizados pela equipe do CREAS, a faixa etária em atendimento é dos 02 à 18 anos, porém o maior índice de crianças e adolescentes em atendimento são dos 08 à 13 anos. Observa-se no gráfico abaixo a divisão dos casos por sexo.

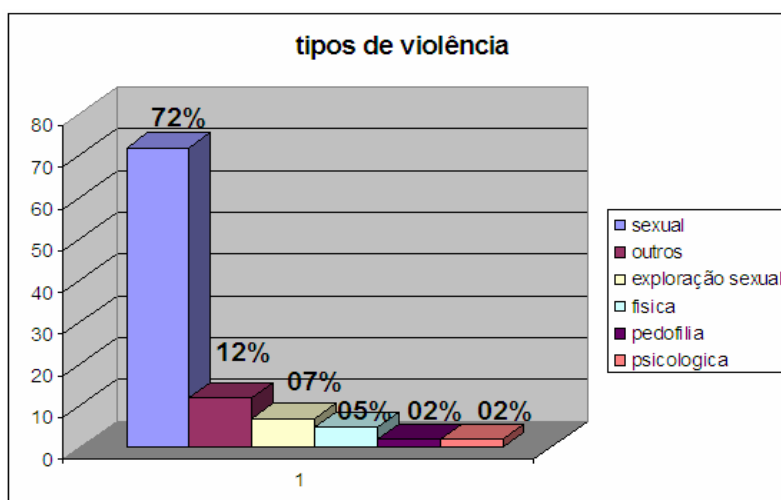


Segundo o gráfico dos 61 casos em andamento, 58 são meninas e 03 são meninos, isso expõe a realidade discutida durante todo o decorrer da pesquisa, as meninas são mais atingidas que os meninos, em grande escala como observa-se, talvez por denunciarem, coisa que com os meninos é talvez mais difícil, pois isso tem muito haver com a sexualidade, e ser homem, ou ser masculino não permite certas coisas, o medo e a vergonha são bem mais elevados, pois existem outros fatores diferentes das meninas, já que, esse tipo de violência está muito ligado a preconceitos sociais e culturais. São expostos no gráfico seguinte os principais abusadores:

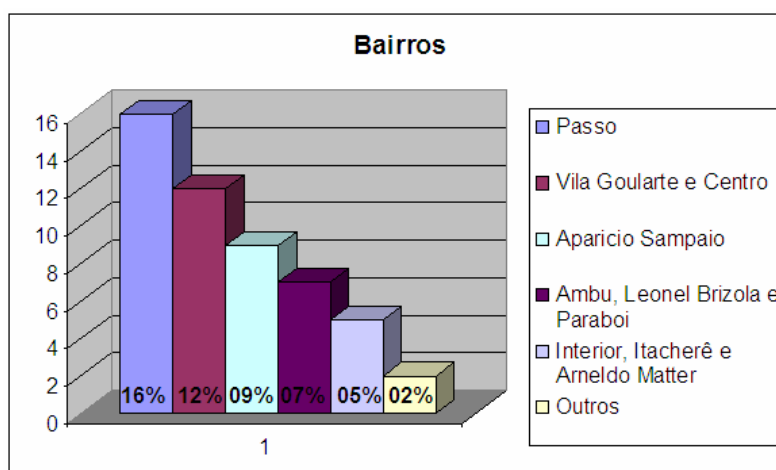


Segundo exposto no gráfico, são 25% dos casos de abusos cometidos pelos pais, seguido de 19% por padrastos, 14% por vizinhos, 12% por algum conhecido da criança ou adolescente, 07% por avôs e outras pessoas que não são do convívio das crianças ou adolescentes e 05% cometidos por primos. Os principais abusadores não são tão diferentes do discutido anteriormente, segundo os dados do gráfico os abusos 25% dos casos são cometidos pelos pais, reafirmando a efetivação do machismo, da construção patriarcal e do segredo intra-familiar.

Como referido anteriormente, os casos de abuso sexual em crianças e adolescentes, dão em sua grande maioria dentro de casa, dentro do seio da família. O CREAS - Sentinela trabalha na reabilitação dessa família diante dos casos de violência, abuso e exploração sexual, no gráfico a seguir serão expostos quais os tipos de violência, gráfico esse que pontua sobre os tipos mais freqüentes atendidos no CREAS.



Se observarmos o gráfico, temos a visão da amplitude dos casos de abuso sexual na cidade de São Borja/RS, onde 72% dos casos em acompanhamento no Serviço Sentinela – CREAS são de abuso sexual em crianças e adolescentes, 12% de outros tipos de casos, 07% de exploração sexual, 05% de violência física e 02% de violência psicológica e pedofilia. Este gráfico vem qualificando e demonstrando que a violência sexual é o mais pontual, o mais presente, e que tem mais incidência de casos. E para finalizar os dados disponibilizados pelo Serviço Sentinela - CREAS é apresentado no gráfico seguinte às localidades de onde vem os respectivos atendidos.



O que podemos observar por meio deste gráfico é que 16% dos casos ocorre no Bairro do Passo, onde por ser o que se compõe do maior número de vilas, vem também a possuir o nível mais alto em relação aos casos acompanhados pelo Serviço Sentinela – CREAS. Por fim, é importante inferir que é por meio do acompanhamento multiprofissional proposto pelo CREAS, que visa o estreitamento

dos vínculos e a proteção familiar, além claro do fortalecimento pessoal e o resgate dos direitos das crianças e dos adolescentes que foram violados, o qualifica como a espinha dorsal da rede socioassistencial, é o órgão de acompanhamento que trabalha mais a fundo a emancipação e dignificação das vítimas.

Somente uma das instituições pesquisadas não disponibilizou dados. O Hospital Infantil Ivan Goulart, respondeu o questionário e por meio do mesmo construiu-se o perfil da instituição. Quando perguntado como são atendidos e encaminhados os casos de abusos sexual em crianças e adolescentes na cidade de São Borja/RS, declara que como sendo órgão de saúde encontra muitas dificuldades na detecção e confirmação dos casos, pois os mesmos nem sempre vem primeiro a instituição, assim como alguns não vão a nenhuma, porém se há algum caso suspeito é acionado o Conselho Tutelar para que o mesmo tome as devidas providências.

O acompanhamento proposto pelo Hospital é limitado à baixa hospitalar, se for necessário o hospital acompanha o paciente por mais alguns meses para evitar a reincidência da “doença”, a instituição informa que durante a internação há o acompanhamento da equipe multiprofissional, composta por médico assistente, psicóloga e assistente social, essa equipe atua para que se crie um contato mais estreito com o paciente e com a família. Na oportunidade então, são feitas avaliações e repassadas ao Conselho Tutelar, com o fim de servir de apoio no esclarecimento do caso.

Segundo as informações, o Hospital trabalha com ética para não expor os pacientes, logo os encaminhamentos sobre os casos de abuso sexual são feitos no maior sigilo a os outros órgãos para que não haja a revitimização da criança ou do adolescente e para que a família não sofra nenhum tipo de preconceito ou agressão. Sobre a quantificação dos dados de 2007 a 2010, o hospital não dispõe, pois o mesmo não faz o arquivamento dos casos por situações e sim por baixas hospitalares, o que dificulta a descoberta de quantos casos foram atendidos.

4.5- Resultado da Pesquisa.

A pesquisa encaminhou-se para a efetivação da resposta ao questionamento central, sabe-se que a rede socioassistencial é um desafio no trabalho quando há

tantas e distintas instituições trabalhando na busca da efetivação dos direitos, mas como é explicado quase que por todas, não é a instituição Fórum, CREAS, Hospital, Polícia e Conselho que articula e trabalha, a instituição é meramente factual, é o concreto que necessita de imagem para existir, o que articula efetivamente nessa rede são os agentes, são o material humano, que preocupado em estar fornecendo uma boa atuação a seus usuários doa-se e acredita no trabalho em grupo.

São instituições distintas, mas que pelas respostas e pela explicação do processo de trabalho de cada uma, pode-se observar que são instituições que por meio dos agentes envolvidos e doados estão interagindo entre si e trabalhando em sincronia. Obviamente nada que possa ser dito que é perfeito, mas pode-se sim inferir que o processo de trabalho na busca pelo direito, proteção, dignificação e acolhida destes casos de abuso sexual na cidade de São Borja/RS está realmente sendo efetivado pelos órgãos competentes.

Observa-se que as instituições pesquisadas estavam cientes dos seus deveres frente à sociedade, principalmente dos deveres com os usuários que são recebidos, vitimizados, agredidos, temerosos e fragilizados pelo processo de abuso, de violação e de perda dos seus direitos. As instituições visitadas demonstram estar preparadas, e mais que isso, demonstram querer efetivamente fazer valer a lei, tanto no que tange o direito da criança como da penalização do abusador.

Também pode ser inferido que todas as instituições sabiam do depoimento sem dano, o que é importante estar instruído sobre as inúmeras alternativas de trabalhar com esses casos, sem provocar mais traumas. Sobre as políticas de atendimento dos casos é necessário expor que, o CREAS, é um dos órgãos mais recentes, e atua sistematicamente em todos os casos, acompanha, produz os laudos e pareceres, acompanha com visitas, dá aos vitimizados e a sua família as orientações jurídicas necessárias.

Sobre a atuação pontual do Serviço Social no acompanhamento dos casos, foi observado que das cinco instituições visitadas, apenas duas não possuíam o Serviço Social no quadro, as outras três possuíam, porém, nas três instituições que possuem o Serviço Social no quadro apenas em uma, no CREAS, que a assistente social efetivamente acompanha os casos, no judiciário o trabalho é mais de perito, e então não há a possibilidade de um acompanhamento mais longo, e no hospital pela

“falta de casos”, e também pela limitação do acompanhamento ao internado, o trabalho é mais pontual e menos interventivo.

Enfim, o que pode ser acentuado por meio da pesquisa no que diz respeito à questão central e norteadora “Quais foram às políticas de intervenção e acompanhamento dos casos de abuso sexual infantil na cidade de São Borja, entre 2007 e 2009, e quais as propostas de intervenção do Serviço Social?” é que efetivamente as políticas ao longo dos anos de 2007 a 2009 houve uma evidente evolução, tanto no meio jurídico, com o “depoimento sem dano” como no meio psicossocial, com a disponibilização do Serviço Sentinela na cidade no fim de 2006. Ao longo desses três anos de implantação o Serviço Sentinela - CREAS efetivou-se como o centralizador de todas as políticas sociais disponíveis na cidade, em referência no acompanhamento dos casos de abuso sexual em crianças e adolescentes.

Houve maior articulação da rede em 2009, pois a nova equipe do Serviço Sentinela - CREAS efetivamente trabalha visando a interação entre as instituições, onde há os encaminhamentos, bem como o envio dos laudos, pareceres e históricos das famílias, o que é muito importante, pois evita que a cada instituição nova, a vítima tenha que novamente fazer seu depoimento, provocando constrangimentos e revitimizações, e claro a quebra do processo de proteção, pois pode ser que em primeiro depoimento seja dito algo que depois pode, ou ser esquecido ou por medo ser omitido. Esses fatos demonstram que a ligação direta das instituições promovem o que realmente se quer delas, quando atuam com humanos, e mais ainda quando atuam diretamente com crianças e adolescentes que estão passando por um processo de libertação e busca do seus direitos, e são essas instituições em conjunto que devem estar preparadas para atender e efetivar esses direitos.

Por fim ao analisar todos os processos de atuação que cada uma das instituições apresentou em suas respostas e nas falas de cada uma, pode-se fazer a estruturação do quadro exposto abaixo.

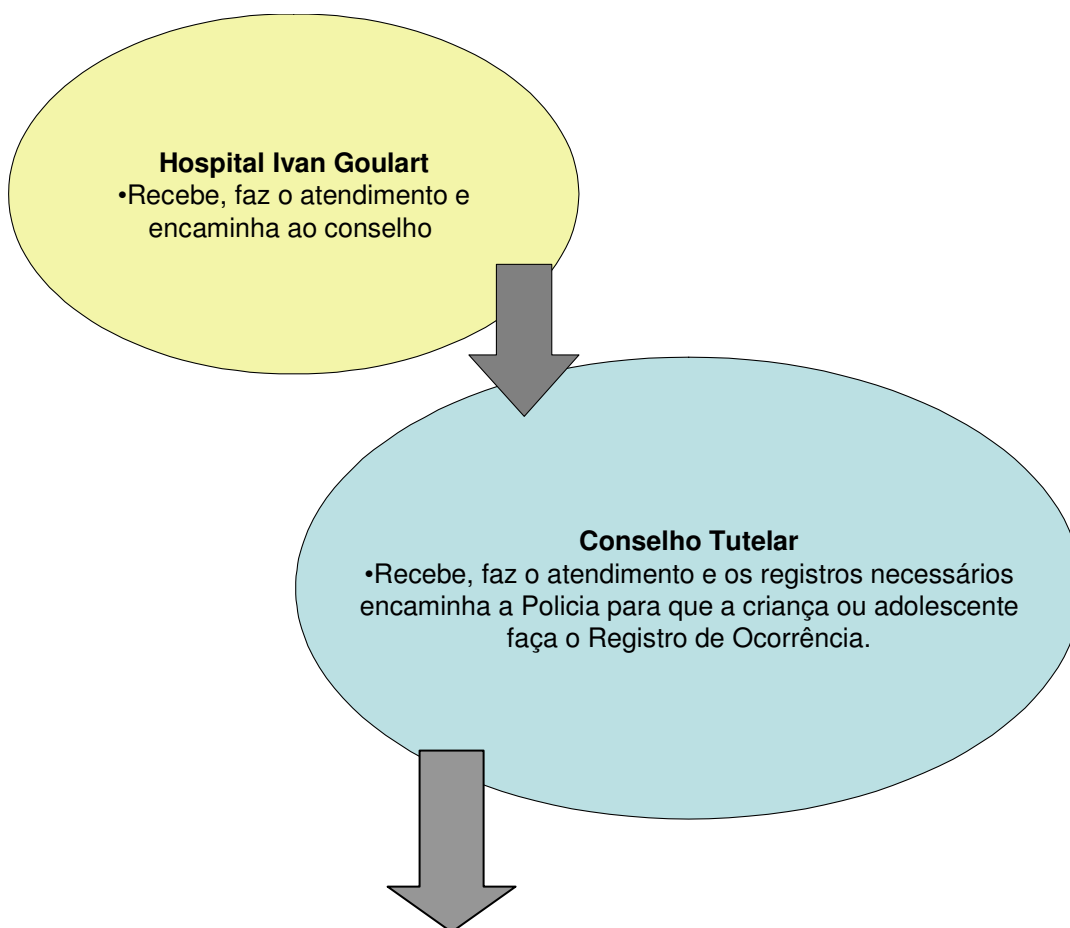
Quadro das Instituições		
Instituição	Forma de Registro	Encaminhamento
Conselho Tutelar	<ul style="list-style-type: none"> Quando feita a denúncia no conselho o mesmo colhe um depoimento inicial e produz um registro da mesma. 	<ul style="list-style-type: none"> Após o registro e da denúncia do abuso a criança ou adolescente juntamente com o responsável (se estiver presente) são acompanhados a DP para fazer o Boletim de Ocorrência. Após o Boletim de Ocorrência se necessário e se for pedido pelo judiciário às crianças e adolescentes são acompanhados mensalmente pelos conselheiros.
S. Sentinela - CREAS	<ul style="list-style-type: none"> Quando recebida a denúncia do abuso sexual pelo CREAS é primeiro informado a DP e feito o registro de ocorrência, então é feito um laudo do caso no CREAS que informa o Conselho Tutelar. 	<ul style="list-style-type: none"> O CREAS é o centro de referência especializado. É a instituição que mais acompanha casos já que é por meio da sua intervenção nas famílias que a justiça vai efetivar as garantias de proteção e dignificação dessas crianças e adolescentes abusados. O CREAS disponibiliza atendimentos como Psicólogo, Assistente Social e Advogado. Sendo que ainda possibilita a família e a criança ou adolescente cursos promovidos pelas 2 educadoras sociais.

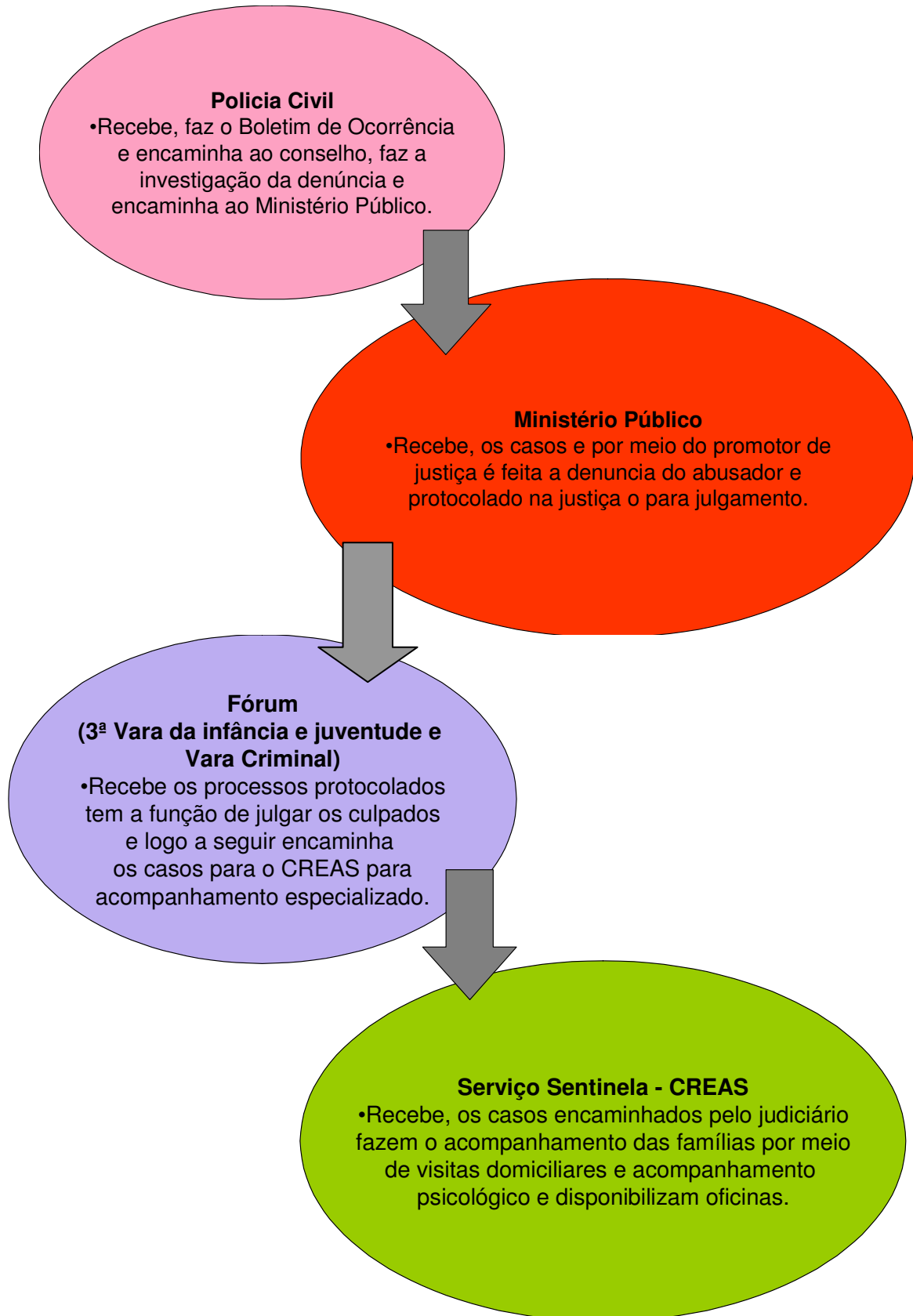
<p>Hospital Ivan Goulart</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Se observado pela instituição que o caso atendido, é uma situação de estupro, abuso sexual ou violência doméstica, primeiramente o paciente é medicado e atendido, então é feito o registro por meio da baixa hospitalar e posteriormente acionado o Conselho Tutelar para que tome as providências necessárias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento do paciente para melhora dos ferimentos, e chamamento do Conselho Tutelar para tomada das providências necessárias.
<p>Polícia Civil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Recebe os casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, CREAS e Hospital. É feito o registro da ocorrência. • Analisados os laudos produzidos pelas instituições. • Feito um novo depoimento. • Se o caso for recebido diretamente na DP é feito o depoimento inicial, chamado o Conselho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminha a criança ou adolescente se vindo do CREAS e Conselho para o exame de Corpo de Delito. • Instaura uma investigação sobre o caso. • Se a ocorrência e o fato for confirmado é feito um encaminhamento e denúncia ao Ministério Público para que protocole uma ação contra o abusador.
	<ul style="list-style-type: none"> • Recebe as denúncias encaminhadas pelas instituições, já com os laudos e documento dos registros da DP e dos exames 	<ul style="list-style-type: none"> • Na falta de documentações bem como laudos técnicos o ministério pede ou ao Conselho ou ao CREAS que faça o acompanhamento da

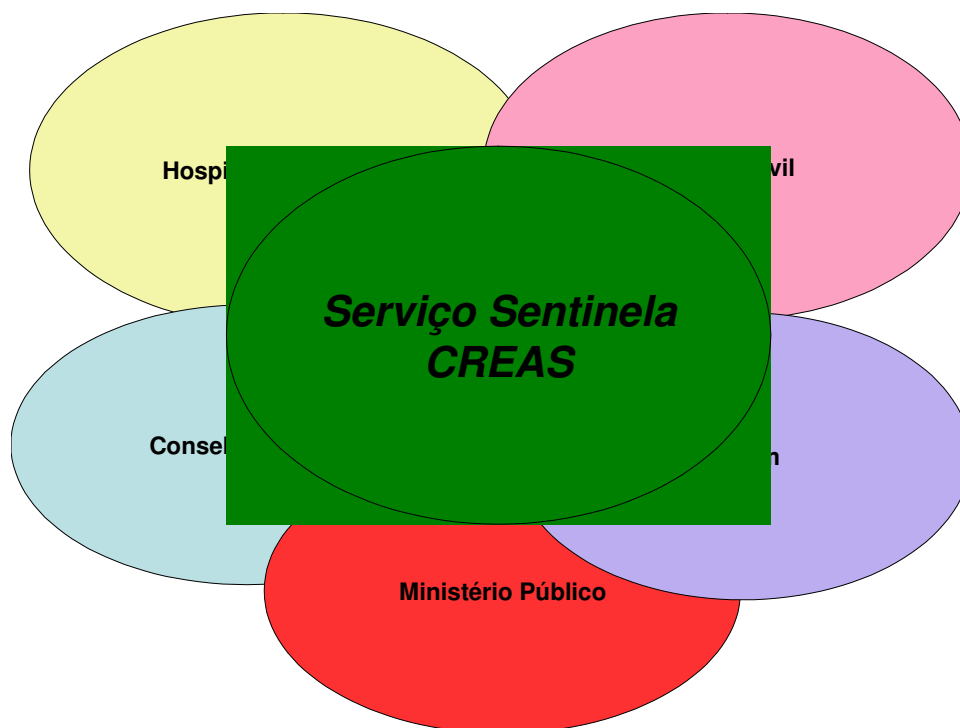
Ministério Público	necessários para a comprovação do fato é então montado o processo pelo promotor de justiça e mandado para que o mesmo seja protocolado no Fórum.	família a fim de produzir a documentação necessária para o encaminhamento as Varas da justiça.
Fórum (Vara Criminal e da infância e juventude)	<ul style="list-style-type: none"> • É feito o registro dos processos, encaminhado a vara que trabalha diretamente com o caso, se for um adulto o réu vai para a vara criminal, se for um adolescente para a 3ª vara da infância e juventude. 	<ul style="list-style-type: none"> • É feita a análise dos documentos produzidos pela DP, CREAS ou Conselho Tutelar, se houver a necessidade de mais documentações é então feito o pedido as instituições. • É tomado um novo depoimento da criança e do adolescente (se o mesmo encontrar-se debilitado psicologicamente para a denúncia dos fatos, o mesmo é encaminhado a Uruguaiana onde é feito o “depoimento sem dano”. • A justiça dá a sentença em relação ao abusador e se necessário faz o pedido para que a criança ou adolescente seja retirado do convívio da família for comprovado que o caso é freqüente, presente e com o consentimento da mãe. • É feito o pedido para que a criança ou adolescente juntamente com sua família seja acompanhado pelo CREAS por tempo determinado pela Justiça

Por meio do quadro produzido pode-se visualizar como são feitos os registros em cada uma das instituições e mais adiante observar por meio dos encaminhamentos que as instituições estão atuando entre si e que os elementos (laudos e registros) produzidos por cada uma servem de ponto de partida para a atuação da instituição posterior.

O que se pode perceber além da produção documental é que as instituições estão de alguma forma trabalhando e atuando entre si, abaixo apresento uma cadeia de atuação e atendimento dos casos que, segundo uma das instituições “são os casos atendidos até o fim, até o julgamento”, pois existem casos que fazem as primeiras denúncias e depois não retornam e acabam impossibilitando a atuação das instituições.







O serviço Sentinela – CREAS encontra-se na centralidade dos atendimentos por ser a instituição que oferece o atendimento especializado, e por ser no caminho do atendimento a que independente de qual das outras instituições tenha recebido a denúncia primeiro, é o CREAS que irá acompanhar as famílias e oferecer o suporte necessário a efetivação do direito julgado o melhor ao caso pelo Fórum.

5. Considerações Finais

Ao encerrar este trabalho, conclui-se que, cabe aos profissionais da dita “linha de frente” aprender a observar o que está diante dos seus olhos, despir-se das lentes foscas e olhar para além do aparente. Diante disto profissionais como médicos, assistentes sociais, conselheiros tutelares, juízes, promotores, enfermeiros, professores e outros tantos profissionais que vivem esse cotidiano em que as crianças e os adolescentes estão inseridos tem a obrigação de estar atuando não apenas como reprodutores da educação, dos conhecimentos, não só como aplicadores de receitas e medicamentos ou meros protetores fúteis de uma sistematização que acaba por não olhar para o outro como sujeito histórico, mas como apenas mais um, pois enquanto esse olhar do “apenas mais um” existir e

persistir em manter-se vivo, nada da estrutura será mudada, ainda existirá os vitimizados, os vitimados e os vitimizadores.

A referida pesquisa serviu para pontuar a discussões sobre a atuação do Serviço Social na sociedade contemporânea, que vive na pressa do cotidiano e na busca incansável da satisfação financeira, da emancipação social e da procura incessante da materialização da felicidade. O trabalho do assistente social no dia a dia da vida violada, do direito perdido e da busca pela liberdade, vai além do processo da emancipação financeira e social, o trabalho da profissão atua diretamente neste contexto em que a cultura choca-se com o que o mundo está vivendo na atualidade, a pesquisa sobre abuso sexual em crianças e adolescentes busca dar foco e essa situação que, na correria do mundo moderno acaba não sendo trabalhada e em muitas vezes nem passa a fazer parte do processo de trabalho do Serviço Social como se tal temática não existisse.

Questionar-se sobre a nossa atuação, tanto como peritos ou como agentes do Estado em trabalho direto com as comunidades a fim de estar disponibilizando atos e dando direitos a quem se encontra vulnerabilizado socialmente é um ato profissional, mas não pode tornar-se sistematicamente um ato mecânico, em que sentimos que estamos fazendo nosso trabalho, mas ainda não estamos realmente fazendo nossa parte, ou tendo a atuação necessária para se chegar efetivamente no núcleo de algumas problemáticas encontradas na nossa sociedade, é dar ao olhar do profissional, uma lupa que permita ver muito além das necessidades alimentícias.

É necessário estar atuando no processo da busca pela emancipação, dignificação e proteção dos direitos cerceados pelos pais, encobertos pelas mães e aceitos pela sociedade. Quando houver dos profissionais essa desarrumação do que a sociedade considera a “ordem” talvez possa então começar a grande atuação de muitas instituições na busca pela efetivação de todos os direitos tirados.

Quando há a violação do corpo, não é só a “virgindade” que se perde nos casos de abuso sexual, perde-se muito mais, perde-se o sentido de “amor” como sentimento de carinho e afeto, perde-se a relação de “família”, perde-se o sentido de “casa” como lugar de proteção, perde-se a mãe, mesmo ela estando viva ao seu lado, perde-se o pai, porque ele já não é mais o símbolo de proteção, é o terror presente, diante dos olhos, andando pela casa e que pode a qualquer momento

machucar novamente. Perde-se a “liberdade” com o sentido de poder de ir e vir, de estar com as pessoas e poder efetivamente confiar em pessoas.

É necessário que as políticas de proteção às vítimas de abuso atinjam de alguma forma estes que se encontram em situação de abandono e que por vezes são esquecidos. Penso que esse “silêncio dos inocentes” é o grito de socorro sufocado entre os lençóis manchados de sangue que a sociedade insiste em não ver, tem medo de tocar e procura sempre um jeito de apenas jogar fora todos os resquícios, como se sumir com o material fosse apagar o que imaterialmente está preso dentro de cada criança abusada sexualmente, quando talvez nunca encontre coragem para pedir o socorro ou der o seu grito de basta.

6. Referências.

AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. (orgs) **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu Editora, 1989.

AZEVEDO, M. A. **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999.

_____. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. A Sociedade em Rede**. Vol. 1. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra 1999.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993.

CORTEZ, Diana Isabel Ramalho. **Abuso Sexual de Menores**. Fontes de Informação Sociológica. Janeiro de 2006.

GRESS-RS 10ª região. **Síntese da análise da COFI - Comissão de Orientação e Fiscalização do CRESS 10ª Região** - Fevereiro 2008. Disponível em: www.cressrs.org.br/. Acesso em 01 de junho 2010.

FALEIROS, Eva T.S. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília, CECRIA/ MJ.- .SEDH.- .DCA/ FBB /UNICEF, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário**. Oficina de Indicadores da Violência Intra-Familiar e da Exploração Sexual de crianças e adolescentes, promovida pelo CECRIA. Brasília.1997.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1997.

_____. **Violência Contra a Infância**. Revista Sociedade e Estado, vol X, nº 2, jul/dez, 1995, 475-487.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Metodologia “Depoimento sem Dano”, ou “Depoimento com Redução de Danos”**. CFESS-SP, 2000.

FERREIRA*, Ana Lúcia. SOUZA**, Edinilsa Ramos de. **Análise de indicadores de avaliação do atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(1):28-38, jan, 2008.

FERREIRA, Kátia Maria Maia. **Violência Doméstica/Intra-familiar Contra Crianças e Adolescentes – Nossa Realidade. Violência doméstica contra a criança e o adolescente** / Lygia Maria Pereira da Silva. -Recife: EDUPE, 2002.

FRAGA, Cristina K. **O Acidente em serviço na Polícia Militar: a violência expressa nas feridas visíveis e nas marcas invisíveis das feridas.** Passo Fundo. IMED, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo, Atlas 1999.

GOERCK, Caroline. VICCARI, Eunice Maria. **Assessoria: processo de trabalho do Serviço Social** –Revista Virtual Textos & Contextos, nº 3, dez. 2004.

GUERRA, V. N de A. **Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social.** Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais, “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, em 2000.

GUIA CREAS. Disponível em: www.mds.gov.br/suas/guia_creas/avisos-e.../GUIA_CREAS.pdf. Acesso em 09 de abril de 2010.

HABIZANG, Luísa Fernanda. CORTE, Fabiana Dala. HATZENBERGER, Roberta. STROEHER, Fernanda. KOLLER, Sílvia Helena. **Avaliação Psicológica em Casos de Abuso Sexual na Infância e Adolescência.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 1-7. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, Cortez, 1983.

LOURENÇO, Marlene Braz Rodrigues. **Vítimas de Abusos Sexuais - da intervenção individual à intervenção em rede.** Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social. Disponível na Revista eletrônica www.cpihts.com. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** São Paulo, Ed. Vozes 2000.

Ministério da Saúde/Governo Federal. **Guia prático do Programa Saúde da Família.** Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/partes/guia_psf1.pdf. acesso em 05 de maio de 2010.

MURTA, Eduardo Freitas. AMARAL, Ana Paula Martins do (UFMS). **Prostituição infantil; Pornografia infantil; Exploração sexual de menores. ST 20 – Juventudes, gênero e violência. Abuso de menores, vergonha explícita.** *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.*

MURTA, Eduardo Freitas. AMARAL, Ana Paula Martins do (UFMS). **Prostituição infantil; Pornografia infantil; Exploração sexual de menores. ST 20 – Juventudes, gênero e violência.**

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

NOGUEIRA, Wanderlino. **Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.** in Revista Serviço Social e Sociedade nº 83, Ed. Cortês, 2005.

NOVALINO, Marcelo. **Saber Direito.** Procurador Geral da União. TFJ. 2010.

PINEDA, Dailza. **De FEBEM a Fundação CASA: uma educação possível?** - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

RAMALHO, Diana Isabel. **Abuso sexual de menores – CORTEZ.** Fontes de informação sociológica. Faculdade de economia de Coimbra – janeiro de 2006.

SAFFIOTI, H. **A Publicização da Violência.** Disponível em: <<http://server.cfch.br/jorpesq/Violenc/Saffioti.html>>. Acesso em: 30 de março de 2010.

_____. **A Síndrome do Pequeno Poder.** In: AZEVEDO, M. A e AZEVEDO, V. N. (orgs.) *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.* São Paulo, Iglu, 1989, p. 13-21.

SESC – Serviço Social do Comércio. **Projeto Rede Social SESC Movimentos Sociais e Ações Sócio-Culturais.** SESC Fortaleza – Ceará. 2008. Disponível em: <http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/PROJETO%20REDE%20SOCIAL%20SESC.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2010.

SESC. Serviço Social do Comércio. **O que é o SESC.** Disponível em: <http://www.sesc.com.br/main.asp?ViewID={697D1A4D-1B8C-4F82-AFAC-4CABB2491088}&u=u>. Acesso em 05 de junho de 2010.

SILVA, Adriana Nunan do Nascimento – Prof. Orientador VILHENA, Junia de. **Abuso sexual de crianças.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia. Rio de Janeiro 1998.

SILVA, Inalva Regina da. NÓBREGA, Renata. **Feridas que não cicatrizam** in *Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes.* 2002.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede Interna e Rede Social: o desafio permanente na teia das relações sociais**. Tomo Editorial, PoA 2002.

World Vision International. Um **resumo informativo da política da World Vision International III Congresso Mundial contra a exploração sexual de crianças e adolescentes Brasil**, novembro de 2008.

7. Anexos e apêndices.



DECLARAÇÃO

Eu Waleska Belluc Barbosa, declaro estar ciente, que o questionário aplicado pelo acadêmico do curso de Serviço Social da Unipampa Diego Roballo, servirá de material de apoio para a construção de dados sobre o tema pesquisado intitulado "**ABUSO SEXUAL: A VIOLÊNCIA PROVOCADA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE SÃO BORJA**". Sendo que a instituição que represento é umas das que compõem o rede sócio assistencial de proteção as crianças e adolescentes vítimas de Abuso Sexual. Autorizo a utilização dos dados expostos no questionário.

São Borja, 09 de junho de 2010.

Waleska Barbosa

Assinatura ou carimbo do responsável



DECLARAÇÃO

Eu Tais Hahn Souza, declaro estar ciente, que o questionário aplicado pelo acadêmico do curso de Serviço Social da Unipampa Diego Roballo, servirá de material de apoio para a construção de dados sobre o tema pesquisado intitulado "**ABUSO SEXUAL: A VIOLÊNCIA PROVOCADA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE SÃO BORJA**". Sendo que a instituição que represento é umas das que compõem o rede sócio assistencial de proteção as crianças e adolescentes vítimas de Abuso Sexual. Autorizo a utilização dos dados expostos no questionário.

São Borja, 09 de junho de 2010.

Tais Hahn Souza
Assinatura ou carimbo do responsável


Tais Hahn Souza
Assistente Social
Matrícula 147814e

DECLARAÇÃO

Eu Rosa M^g Pacheco Acosta, declaro estar ciente, que o questionário aplicado pelo acadêmico do curso de Serviço Social da Unipampa Diego Roballo, servirá de material de apoio para a construção de dados sobre o tema pesquisado intitulado "**ABUSO SEXUAL: A VIOLÊNCIA PROVOCADA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE SÃO BORJA**". Sendo que a instituição que represento é umas das que compõem o rede sócio assistencial de proteção as crianças e adolescentes vítimas de Abuso Sexual. Autorizo a utilização dos dados expostos no questionário.

São Borja, 09 de junho de 2010.



Assinatura ou carinbo do responsável

ROSA MARIA P. ACOSTA
SAME

DECLARAÇÃO

Eu Luciana Godoy de Almeida, declaro estar ciente, que o questionário aplicado pelo acadêmico do curso de Serviço Social da Unipampa Diego Roballo, servirá de material de apoio para a construção de dados sobre o tema pesquisado intitulado "**ABUSO SEXUAL: A VIOLÊNCIA PROVOCADA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE SÃO BORJA**". Sendo que a instituição que represento é umas das que compõem o rede sócio assistencial de proteção as crianças e adolescentes vítimas de Abuso Sexual. Autorizo a utilização dos dados expostos no questionário.

São Borja, 09 de junho de 2010.


Luciana Godoy de Almeida
ESCRIVÃ DE POLÍCIA
Matrícula: 2398389

Assinatura ou carinbo do responsável

DECLARAÇÃO

Eu M^{te} de Lourdes L. Martins, declaro estar ciente, que o questionário aplicado pelo acadêmico do curso de Serviço Social da Unipampa Diego Roballo, servirá de material de apoio para a construção de dados sobre o tema pesquisado intitulado "**ABUSO SEXUAL: A VIOLÊNCIA PROVOCADA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE SÃO BORJA**". Sendo que a instituição que represento é umas das que compõem o rede sócio assistencial de proteção as crianças e adolescentes vítimas de Abuso Sexual. Autorizo a utilização dos dados expostos no questionário.

São Borja, 09 de junho de 2010.

M^{te} DE LOURDES L. MARTINS



Conselheira Tutelar
Lei Federal 8.069-90
SÃO BORJA - RS

Assinatura ou carimbo do responsável

